

35º Encontro Anual da Anpocs

GT11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções
Coordenadores: Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) e Maria Rosário Carvalho (UFBA)

Título:

Etnicidade, territorialização e agronegócio: as frentes de expansão agrícola e as dinâmicas econômicas Terena e Paresi

Autor: Andrey Cordeiro Ferreira
CPDA/UFRRJ

andrey@ufrj.br

1 - Introdução: etnologia indígena e mundo rural

Esse texto apresenta uma breve etnografia¹ sobre as relações dos índios Terena e Paresi com dinâmicas econômicas no mundo rural brasileiro, especialmente com as frentes de expansão da cana/etanol e da soja/biodiesel, a luz de algumas reflexões teóricas sobre a relação entre etnologia e estudos rurais. Nosso objetivo é realizar o exercício teórico de considerar os índios como segmentos específicos do mundo rural e como nessa condição se inserem nos processos de desenvolvimento capitalista na agricultura. Por isso a ênfase desse artigo será conceitual e não propriamente etnográfica. Compararemos as trajetórias e estratégias adaptativas dos índios Terena e Paresi a dois tipos de frente de expansão (no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso respectivamente), a da agroindústria canavieira e sojeira. Mas para isso é preciso antes de tudo construir as conexões possíveis entre os problemas teóricos dos estudos rurais e os da etnologia indígena. No caso Terena analisaremos os *contratos coletivos* que garantem um fluxo de trabalho para as “Usinas”. No caso Paresi os *contratos de parceria agrícola* para produção de soja dentro das terras indígenas. Explicitaremos algumas condições internas de organização social e práticas econômicas indígenas que permitem uma articulação específica entre estas sociedades e as frentes de expansão dentro da fronteira agrícola.

Podemos delimitar alguns problemas característicos de três tipos de abordagens e observar como seria possível, a partir da sua confrontação, estabelecer um olhar diferenciado sobre determinadas situações etnográficas. De um lado, podemos pensar a abordagem sociológica (ou da sociologia rural) como sintetizada nas proposições de Pitrim Sorokin, Carlo Zimmerman, Charles Galpin, através da conceituação morfológica do campo e da cidade. “*Devemos enfatizar que a definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de uma única característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes*” (Sorokin & All, 1981, p.199). Dessa maneira eles elencam um conjunto de critérios por ordem de importância, de maneira que o critério para a definição de “sociedade rural” é o ocupacional: a sociologia rural é em primeiro lugar uma sociologia da *ocupação agrícola* (Sorokin, op.cit,p.200). Um segundo critério importante reside nas características ambientais: *no mundo rural há uma relação mais direta com a natureza*. O ambiente urbano é artificial, “expulsa a natureza”, já os

¹ Iremos aqui apresentar os resultados parciais de uma pesquisa ainda em seu início e andamento, intitulada “*Desenvolvimento, Agronegócio e Territorialização: políticas bioenergéticas e conflitos étnicos e agrários no Brasil*”, desenvolvida no âmbito do CPDA/UFRRJ com apoio do CNPq e FAPERJ. É preciso observar que existe uma diferença do grau de envolvimento do pesquisador com as sociedades indígenas aqui referidas. Enquanto temos uma relação de dez anos de pesquisa e trabalho junto aos Terena, estamos apenas iniciando nosso trabalho junto aos Paresi. Ainda assim, no que tange ao tema específico, do trabalho e processo produtivo entre os indígenas, a produção dos dados está num patamar relativamente similar.

aglomerados rurais são menores em seu tamanho quando comparado aos urbanos e o espaço rural “é mais homogêneo” em termos “psico-sociais e de tradições”. Por fim, os aglomerados urbanos são marcados por maior “estratificação e diversificação social”.

Essa proposição e definição clássica dos autores, mesmo que submetida a questionamentos posteriores, implica num tipo de analítica que contém dois componentes que se reproduzem dentro dos estudos rurais: de um lado, uma abordagem que se estabelece por uma diferenciação global dos setores da sociedade (campo/cidade ou rural/urbano) e sempre de maneira contrastiva, ou seja, as características que definem um pólo necessariamente deveriam não estar presentes no outro. Daí a importância de alguns elementos tais como, a especialidade (ocupacional), a homogeneidade (de tradições, de condição social) e naturalidade (do predomínio do meio ambiente sobre o meio construído). Essas características permitiram assim uma inclusão de todos os espaços dentro dessa codificação, de maneira que seria possível identificar dentro de cada sociedade o que é rural e o que é urbano.

Mesmo sabendo que essa definição pode ser ela própria submetida a críticas, o problema geral de saber onde as relações sociais, grupos e dinâmicas concretas estão situadas dentro dessa diferenciação rural/urbano, continua colocado. Isso porque o rural pode ser também considerado como um modo de construção da realidade social, e dessa maneira a sociologia rural tomaria como objeto processos sociais que tem uma dupla dimensão de atividade humana sobre si e sobre o meio (Martins, 1981, p.37). Ou seja, o problema da dualidade rural/urbano não é um problema apenas cognitivo, derivado da necessidade de classificar o mundo, mas deriva de diferenciações concretas que passam pelo lugar da agricultura na sociedade e que são continuamente desfeitas e re-feitas. Existe uma diferenciação que deriva de modos distintos de atividade social e essas atividades remetem em alguma medida a agricultura. Podemos dizer que a abordagem sociológica nos estudos rurais introduziu ou tomou como problema fundamental o lugar da agricultura na diferenciação da sociedade. O *rural* passou a ser assim uma das categorias de significação dessa diferenciação.

Outra abordagem que vai tomar a agricultura como objeto de reflexão fundamental é a economia política. Não iremos aqui fazer uma análise exaustiva de todas as abordagens possíveis desse campo, mas selecionar uma que para nós é significativa e representativa, a de Karl Kaustky. No nosso entendimento o autor apresenta em sua obra “A Questão Agrária” uma ruptura e uma continuidade em relação à forma como as sociedades capitalistas centrais viam a si próprias e sua relação com a agricultura e o intenso processo de diferenciação indicado acima. O autor afirma que:

“Antes de empreender as pesquisas sobre a questão agrária, cujos resultados constam deste volume, a minha concepção da evolução social era que a exploração camponesa se via ameaçada de um lado pela fragmentação e de outro pela grande empresa. Portanto, o mesmo desenvolvimento embora talvez sob uma forma diversa se produzia na agricultura e na indústria – a proletarização num dos pólos, no outro, a marcha avante da grande exploração

capitalista. Não se tratava de um dogma marxista, era igualmente a opinião da economia burguesa, e esta opinião estava em harmonia com os fatos observados na Inglaterra e Alemanha até recentemente...” (Kaustky,1998 p. 16)

Aqui nós temos um tema fundamental: o processo de diferenciação (que passava pela polarização rural/urbano) tocava num outro tema fundamental, o destino das sociedades camponesas. Existia a perspectiva de que o avanço do processo de urbanização-industrialização estava levando a iminência de desaparecimento das antigas formas sociais, especialmente as categorias sociais (como o campesinato) que viviam da agricultura. A diferenciação rural/urbano estaria levando a uma eliminação do rural em face do urbano e a diferenciação era percebida em grande medida como uma homogeneização global. Um aspecto pouco ressaltado da obra de Kaustky é como ele insere um problema novo, que deriva exatamente de uma leitura crítica da obra de Marx. Kaustky afirma que há uma insuficiência do terceiro volume do capital e se Marx o tivesse concluído só se teria informações sobre a agricultura capitalista. E aqui ele conclui “*Ora, o que mais nos ocupa atualmente é o papel das formas pré-capitalistas e não capitalistas da agricultura no interior da sociedade capitalista*” (kaustky,1998, p.21). Dessa maneira, temos aqui a introdução de uma nova problemática, ou melhor dizendo, a afirmação de uma forma específica de estudar o desenvolvimento capitalista e a agricultura: para compreender o *capitalismo na agricultura seria necessário estudar as formas não-capitalistas de agricultura*. E com essa perspectiva ele coloca o problema do desenvolvimento capitalista na agricultura e a questão agrária:

“Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo-as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas”. (kaustky, *op.cit*, p. 28)

Aqui fica nítida a construção de um novo problema, que não diz respeito à teleologia, nem a eficiência-racional da grande x pequena exploração, mas sim ao processo de “apoderamento” da agricultura nas suas diferentes formas pelo capitalismo. Isso fica mais explícito na sua descrição de como o capitalismo vai tomando funções da sociedade doméstica e territorial camponesa nos séculos XII e XIII na Europa. Não se trata então de pensar a agricultura em função exclusivamente da eminência do desaparecimento do campesinato e das antigas formas de produção, mas do processo mesmo de interação e transformação do que ele chama de “pequena e grande exploração” sob o capitalismo. Aqui o problema não é exatamente a diferenciação da sociedade, mas a transformação dos (distintos modos de realização da agricultura) pelo capitalismo.

A abordagem etnológica também não pode ser reduzida a qualquer unidade. Mas a “economia” ocupa um lugar importante dentro do processo de definição do próprio objeto da

antropologia/etnologia, de maneira que em estudos clássicos como os de Marcel Mauss, Bronislaw Malinowski, Evans-Pritchard e Claude Lévi-Strauss só para citar alguns, ela tem um lugar destacado na definição das teses postuladas por eles. Mas de maneira geral, podemos dizer que uma obra é profundamente representativa da etnologia/antropologia, “*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*” de Bronislaw Malinowski. O autor aqui institui um modo específico de etnografia e um tipo específico de problema que, mesmo anexo a outros, tornar-se-ia um problema fundador da etnologia. Tomando a problemática da economia e da confrontação entre a idéia de uma racionalidade econômica universal (o *homoeconomicus*) e os dados concretos do Pacífico Ocidental, ele chama atenção para algumas questões fundamentais. A primeira delas é que: “*O nativo dedica à lavoura metade de sua vida de trabalho, pois é na lavoura que se centraliza grande parte de seus interesses e ambições (...) Se ficarmos na ilusão de que o nativo é o filho folgado e preguiçoso da natureza (...) de modo algum poderemos compreender seus propósitos e os motivos que o levam a executar o Kula e qualquer outro tipo de empreendimento*” (Malinowski, 1976, p. 58).

Dessa maneira, um aspecto importante do livro, é que a agricultura (o “cuidado da lavoura”) estava relacionada a diversos aspectos (como a magia e a auto-imagem dos trobriandeses), de forma que o kula enquanto instituição não poderia ser compreendido sem entender a própria agricultura. Esse é um aspecto importante. Mesmo não sendo o objeto central da etnografia de Malinowski, a atividade agrícola era uma matriz importante das atividades cerimoniais.

Na conclusão do livro (Capítulo XXII – “*O Significado do Kula*”) o autor retoma exatamente esses objetivos gerais da etnografia e etnologia: “*Estes pontos de vistas gerais, devem, penso eu, ser levados em consideração e testados em outros trabalhos científicos futuros. (...) Assim, também com o Kula: se representa um fato novo, porém não anômalo, se representa verdadeiramente um tipo fundamental de atividade humana e de atitude mental do homem, podemos esperar encontrar fenômenos associados e afins em várias outras províncias etnográficas (...)*” (Malinowski, *op.cit.*, p.372) E logo depois: “*Vimos que essa instituição apresenta vários aspectos intimamente ligados e que se influenciam mutuamente. Para tomar apenas dois: a iniciativa econômica e o ritual mágico formam um todo inseparável (...) Parece-me que uma análise e comparação mais profunda de maneira pela qual dois aspectos da cultura dependem funcionalmente um do outro, deve fornecer algum material interessante para a reflexão teórica*”. (Malinowski, *op.cit.*, p.373) Aqui nós podemos encontrar dois procedimentos que caracterizariam a abordagem etnológica: o primeiro seria uma concepção de unidade, sob a diversidade cultural existiria uma unidade “humana”. Daí a possibilidade da descoberta etnográfica em uma localidade específica ser generalizável. Assim, a etnologia deveria levantar fenômenos tipo-Kula (tipo-Mana e tipo-Tabu) e a partir deles fazer generalizações.

Mas essa generalização estava associada a outro procedimento que lhe antecedia e determinava: a percepção de que cada cultura a seus portadores possuem uma visão de mundo definida e que objetivo principal da etnologia é a sua compreensão, ou seja, o “significado” do ponto de vista nativo seria assim o principal foco da etnologia. Esse componente é ainda mais importante porque ele surge associado a uma crítica – genérica e muito sumária, mas que marca uma posição do autor e que seria retomada na antropologia recorrentemente- à economia neoclássica e ao materialismo histórico. Assim a etnologia seria fonte de “crítica moral” (da guerra e da intolerância e esse seria um dos significados do kula) e de reflexão filosófica. O principal problema da etnologia seria o da *significação/generalização*, como base desse exercício de “ética e filosofia”. A análise da significação seria identificada com a interdependência funcional; ao mesmo tempo seria possível depois de delimitar essa totalidade buscar encontrar fatos análogos em outras partes do mundo – já que se supunha uma unidade mental humana subjacente. Esse procedimento tornou-se relativamente comum às diferentes abordagens teóricas posteriores (neo-evolucionista, funcionalista, estruturalista) que tenderam a tratar cada sociedade indígena como uma totalidade (ao descrever seus sistemas cosmológicos, econômicos ou de parentesco) o que implicou numa perspectiva de que essa totalidade se definia em si mesma – exteriorizando assim qualquer elemento que não fosse considerado como componente desse sistema de equilíbrio êmico. Isso fica muito claro na própria obra de Malinowski, em que o autor promove uma desconexão da etnologia do estudo das relações econômicas que estavam presentes em torno do Kula e que determinavam uma atividade central para o Kula que era a atividade agrícola: *“Na lavoura, por exemplo, os nativos produzem muito mais do que realmente necessitam e, em média, no decorrer de um ano normal, chegam a colher o dobro do que precisam para alimentar-se. No dias atuais, esse excedente de alimentos é exportado por europeus para o consumo de trabalhadores agrícolas em outras regiões da Nova Guiné”* (Malinowski, 1976, p. 59). Esse trecho é bem emblemático então desse processo. A significação/generalização é um problema gerativo, mas ao mesmo tempo ele se estabelece pela exteriorização das relações que podem estar afetando mesmo uma atividade central das relações funcionalmente balanceadas (agricultura, magia e ritual).

Definidas então essas problemáticas constitutivas das diferentes abordagens disciplinares (sociológica, econômica, etnológico-antropológica) podemos então tentar estabelecer onde essas diferentes problemáticas – devidamente submetidas a uma crítica teórico-epistemológica, podem se entrecruzar e estabelecer um nexos importante. De maneira geral, podemos dizer que esses três problemas: *diferenciação* (sociologia/estudos rurais), *transformação capitalista* (economia política) e *significação/generalização* (etnologia/antropologia) tomam como eixo a agricultura, seja entendida como uma ocupação (um tipo particular de inserção na estrutura de trabalho), seja como um ramo da atividade econômica ao lado da indústria com relações de produção determinadas de

dentro ou de fora, ou ainda como um campo amplo de atividades que condiciona a “cultura” ou o modo de vida tradicional de grupos sociais, sendo um referente que foi utilizado para pensar os diferentes tipos de sociedade e o próprio processo histórico.

Nesse sentido, pretendemos apresentar algumas formulações que permitam realizar uma articulação entre temas e problemas da etnologia indígena e da antropologia/sociologia/estudos rurais. Podemos destacar aqui dois conjuntos: a) no caso da etnologia, existe uma profunda reflexão sobre as lógicas de segmentação e reciprocidade que caracterizariam as sociedades indígenas. Aqui pretendemos exatamente pensar como essas lógicas de segmentação e reciprocidade (que envolvem aspectos de organização social, parentesco e cosmologia) se articulam (possibilitando ou restringindo) às conexões com as frentes de expansão agroindustriais, e por outro lado como estas últimas afetam as formas de reciprocidade e segmentação das sociedades indígenas; b) do ponto de vista dos estudos rurais, pretendemos exatamente vincular as reflexões sobre tema do desenvolvimento capitalista na agricultura, sua capacidade de transformar, assimilar e re-funcionalizar relações sociais e de produção diferentes das relações de produção capitalista e como essa capacidade do capitalismo se expandir por uma lógica “disforme”, auto-diferenciadora e não-homogênea produzem, entretanto os efeitos de poder através de relações sociais distintas, mas assimétricas.

Os dois temas e conjunto de problemas se cruzam no momento em que o desenvolvimento capitalista ajuda a criar um mundo rural que é etnicamente diferenciado no qual ele próprio vai se inserir, como nos casos acima citados e onde ele pode se apropriar/produzir essa diferenciação étnica de formas completamente distintas, ou seja, seja pela criação de índios assalariados rurais ou de pequenos produtores indígenas direcionados ao mercado. Processos que são normalmente percebidos como “contraditórios” (assalariamento e fortalecimento da pequena produção), mas que se dão de forma simultânea nas situações concretas relatadas acima, de acordo com o tipo de estrutura territorial-ecológica e experiência histórica.

Queremos exatamente contribuir aqui para a uma reflexão teórica que considere que não é possível separar as duas ordens de problemas, já que a compreensão da forma histórica da alteridade étnica e cultural depende da compreensão do conjunto de relações dadas ou possíveis no mundo rural que é configurado e re-configurado pelo desenvolvimento capitalista e pela própria lógica interna do capitalismo de diferenciação. Ao mesmo tempo, as sociedades indígenas sendo consideradas como agentes históricos, não devemos incorrer numa visão insulada das mesmas, mas observar como existem diferenciações de estratégias e ações dentro de cada situação histórica. Nesse sentido tentaremos contribuir para a compreensão simultânea das sociedades indígenas e do próprio mundo rural e desenvolvimento capitalista na agricultura.

2- Etnicidade, Estado e mercado: a dialética entre relações de produção e formas de organização social

Um primeiro esforço aqui é entender como os diferentes grupos étnicos se colocam dentro de uma configuração específica de relações sociais. E para isso devemos entender que existem alguns fatores que são fundamentais para compreendermos a diferenciação rural-urbano, o desenvolvimento capitalista e a significação das ações e organização social dos atores.

Nesse sentido, podemos indicar que dois critérios são fundamentais: a constituição histórica de diferentes sistemas classificatórios (entendidos aqui como diferentes modos de construção da realidade que passam pela atribuição de categorias de descrição/identificação dos sujeitos históricos e das relações com o mundo) e o processo de constituição material do mundo (do qual a constituição dos sistemas classificatórios é não somente uma parte e produto, mas também fator ativo de estruturação). E nessa constituição material do mundo, os processos de diferenciação dos meios ecológicos e transformação técnico-econômica e também da organização social e política são dimensões destacadas.

A constituição dos sistemas classificatórios não é nem um fato derivado exclusivamente de formas de organização social, nem um ato exclusivamente cognitivo. Os sistemas de classificação são atos de poder e se realizam em relações sociais e processos – políticos, territoriais e econômicos (ver Bourdieu, 2009). Nesse sentido, os sistemas de classificação baseados no princípio étnico são um caso, importante, mas localizado, dentro de uma ampla diversidade de sistemas de classificatórios. É importante definir como consideramos a etnicidade – ou os sistemas classificatórios de tipo étnico. E aqui iremos retomar Fredrik Barth, mas tentando dar ênfase a um aspecto particular de sua formulação:

“A atribuição de uma categoria é uma étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos” (Barth, 2000, p. 32)

Barth, está preocupado com o processo pelo qual as categorias étnicas tornam-se ou estão associadas a identidades. No item “*As associações entre identidades e padrões valorativos*” ele ainda acrescenta um ponto igualmente importante ao afirmar que:

“... eu argumentaria que, para melhor visualizar os requisitos básicos da coexistência de diferentes grupos étnicos, deveríamos perguntar o que é necessário para que as distinções étnicas surjam em dada área. Em termos organizacionais, fica claro que esses requisitos são, em primeiro lugar, uma classificação de setores da população em categorias de status exclusivas e imperativas, e em segundo lugar, uma aceitação do

princípio segundo o qual os padrões aplicados a uma dessas categorias podem ser diferentes daqueles aplicados a outra”. (Barth, 2000, p. 38)

Podemos resumir aqui o argumento de Barth no que tange a caracterização dos grupos étnicos, como composto por um conjunto de aspectos: a) os grupos étnicos estão dentro de um sistema social abrangente no qual se dá a interdependência de diferentes grupos, e não em isolamento cultural e natural - perspectiva expressa na idéia do sistema poliétnico “integrado no âmbito do mercado e dominado por um sistema estatal controlado por um dos grupos” (Barth, 2000, p. 35); b) esse sistema é interpretado a partir de uma ótica naturalista-materialista expressa no destaque dado à perspectiva ecológica² e “demográfica” (em que o tamanho das populações é um fator fundamental para a interdependência dos grupos); c) e por fim, a estratificação social e o controle dos recursos materiais e dos meios de produção figura como componente fundamental. Desta maneira, o sistema de classificação e identificação étnica, ou seja, de significação não se constitui a margem desse contexto material e natural.

Por isso a importância de pensar a etnicidade não apenas através das categorias de identificação, mas também perceber o tipo de sentido nas categorias de adscrição. Algumas formulações de Richard Adams podem nos ajudar, especialmente porque ele destaca que existem dois desafios principais: *a) olhar como os grupos se classificam, b) como são classificados*. O ato de classificação pelos outros se torna de importância estratégica especialmente no momento em que consideramos o componente de poder que atravessa a constituição dos sistemas classificatórios. É nesse sentido que ele afirma ao responder a questão “quais as identidades que são étnicas?”, que elas são construções históricas na qual o Estado e o poder cumprem um papel determinante³ (Adams & Bastos, 2003, p.37).

Adams ressalta dois aspectos que são profundamente importantes: as identidades sociais em geral e a étnica em particular não necessariamente coincidem com as categorias de classificação adscritas. Ou seja, existem *identidades étnicas que não coincidem com as categorias étnicas, e categorias étnicas que não se manifestam em identidades étnicas*. Enquanto a função das identidades é o reconhecimento mútuo “entre iguais”, a das categorias adscritivas/impostas é regular

² Segundo o autor, os grupos étnicos podem ter diferentes situações ecológicas: a) ocupar “nichos diferentes” e reduzindo ao mínimo a competição por recursos; b) monopolizar territórios separados e intensificar a competição por recursos; c) ocupação de nichos recíprocos com a competição por um mesmo nicho; d) intensificar o controle do tamanho da população em função da especificidade do nicho, influenciando o campo de atividades e de interação dos grupos

³ O autor trabalha com o exemplo dos Maia na Guatemala em que se deu uma construção de identidade étnica baseada na polarização índio/ladino, em que a primeira abrangia grupos e identidades e a segunda não necessariamente.

relações assimétricas e ambas provém de processos históricos específicos (Adams, *op.cit* p.39). É importante enfatizarmos essa formulação. Uma categoria étnica não implica necessariamente uma identidade. Dessa maneira, a ênfase sobre as categorias de auto-atribuição para orientar as análises dos grupos étnicos não pode sublimar o fato de que as categorias adscritas cumprem também um papel fundamental, pois elas operam exatamente no domínio do poder simbólico e da construção das assimetrias dentro do que Barth chamou de sistemas poliétnicos. Assim, a auto-identificação encontra barreiras dadas pela adscrição, e seu choque produz etnohistórias complexas.

Outra definição fundamental é a do próprio conteúdo da etnicidade. Richard Adams afirma que a *eticidade* é “*afinidade compartilhada de uma ancestralidade comum*”. Dessa maneira, questionando também a definição da etnicidade pelo conteúdo cultural ele afirma:

“Podemos considerar que os elementos com que habitualmente se associou a etnicidade - cultura, raça, cor, língua, território, terrenos comuns – são formas de expressão diversa dos ancestrais que se supõem comuns ao grupo. (...) Em separado não definem a identidade étnica - nenhum garante uma herança comum (...) são as circunstâncias e a construção histórica que explica o predomínio eventual de alguns dos elementos.” (Adams & Bastos, 2003, p.40)

Mas ao mesmo tempo em que ele nega ou desconstrói a idéia de um conteúdo ou substância derivadora da etnicidade, ele indica um componente que marca a diferença das categorias e identidades étnicas de outras identidades e categorias que possam inclusive usar dos mesmos operadores diacríticos. Assim, a idéia da ancestralidade é um componente específico e diferenciado das categorias/identidades étnicas. E aí que as relações étnicas adquirem uma significação específica⁴. De um lado, a identidade étnica remete a origem/ancestralidade usando para isso critérios lingüísticos, religiosos, culturais, biológicos como marcadores da auto-atribuição/adscrição; de outro lado, essas identidades são usadas historicamente não apenas para expressar diferenças e identidades, mas para organizar as relações de poder em função dessa origem/ancestralidade que passa a ser significativa para a organização social.

Mas se nós conseguimos enfatizar essa disjunção entre identificação e classificação, nós devemos perceber também a disjunção entre os sistemas classificatórios e os “sistemas sociais abrangentes” nos quais operam. Ou seja, não existe também uma relação automática entre as formas

⁴ “*Por relações étnicas entendemos as relações entre grupos ou pessoas a quem, em virtude de sua categoria étnica, se lhes supõe uma estima social diferente. E o que faz da etnicidade um aspecto fundamental das relações sociais em certos lugares não é simplesmente a identificação ou ausência de identificação com um grupo, senão o fato de que a esses grupos se lhes assinem posições diferenciadas e hierarquizadas na sociedade, precisamente sobre a base dos seus ancestrais*” (Adams & Bastos, *op.cit*, p.40)

de identificação e classificação e as relações sociais. Podemos então tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, Barth chama a atenção para a especificidade da identidade étnica, pois ela remete a “origem” como princípio organizador. O autor enfatiza como existe uma relação entre classificação e identificação. Mas nós queremos aqui explorar outro lado dessa abordagem, de como existe, em certa medida, uma separação entre classificação e identificação, para exatamente poder desenvolver no que diz respeito ao segundo aspecto, que são as condições de emergência/origem das diferenças de tipo étnico, ou seja, como a etnicidade se torna significativa como um princípio de diferenciação social na estruturação do que Barth chama de “sistemas poliétnicos”. Em segundo lugar, as fronteiras étnicas e os sistemas classificatórios, de um lado, e as relações étnicas ou “sistemas poliétnicos” de outro lado devem ser analisadas a partir da perspectiva da estratificação, da ecologia e do controle dos recursos e meios de produção e isso nos dá uma importante abertura para conectar problemas que dizem respeito a escalas diferentes. Logo, se o controle dos meios de produção e a ecologia são componentes fundamentais para o entendimento dos sistemas classificatórios étnicos (e jogando inequivocamente o Estado e o mercado um papel central) nós não podemos compreender a etnicidade sem compreender a diferenciação rural/urbano e a transformação/desenvolvimento capitalista que vão exatamente mudar os contextos ecológicos e o controle dos meios de produção (e aqui a teoria das fronteiras étnicas é insuficiente para abranger e interpretar fenômenos de outra natureza e escala). Trata-se então de concatenar não somente diferentes problemas, mas diferentes escalas em que essas questões se colocam. É exatamente nesse plano em que os temas da etnologia se mostram inevitavelmente ligados aos dos estudos rurais.

Podemos então formular um esquema conceitual para transformar os problemas gerais da sociologia, economia política e antropologia (diferenciação rural-urbano, transformação/desenvolvimento capitalista e significação) num conjunto de problemas concretos/empíricos e historicamente específicos, abordados a partir de uma perspectiva dialética e multi-escalar. O conceito de territorialização (ver Oliveira Filho, 1988) foi definido como a “*uma intervenção da esfera política que associa de forma prescritiva e insofismável um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados*”. Essa associação por sua vez implicaria processos culturais, sociais e políticos (ver Oliveira Filho, *ibidem*). É claro que poderíamos também estender o conceito de territorialização, transformando-o numa ferramenta mais geral e mais genérica, mas não procederemos dessa maneira nos limites desse texto. Usaremos aqui o conceito de “dinâmicas territoriais” elaborado por Mura (2006), mas num sentido diferente para indicar um tipo de processo social (ou seja, movimento no tempo) que expressa à forma pela qual atores sociais (individuais e coletivos) se apropriam do espaço e o transformam em território (ou seja, um espaço politicamente delimitado) ou terra (um espaço economicamente e socialmente delimitado). Dessa maneira, quando falamos de dinâmicas territoriais falamos de fatos sociais mais

abrangentes e que marcam o protagonismo dos atores em face de intervenções “vindas de cima” – como é a característica da territorialização. De maneira geral, estamos considerando aqui a territorialização como um movimento de organização social do espaço que assim articula duas dimensões, a dos sistemas classificatório e a do controle dos recursos materiais. Empiricamente, a territorialização pode ser entendida como um fato social que pode ser analisado a partir de múltiplas escalas e múltiplas dimensões, articulando assim os problemas da etnologia e economia política e estudos rurais. Quando falamos de “*agronegócio*” estamos considerando-o como uma forma histórica de se categorizar relações capitalistas de produção determinadas, que por outro lado integra a própria lógica de desenvolvimento capitalista. Quando falamos de frentes de expansão, entendemos as mesmas como recortes empíricos envolvendo tipos de atividade numa combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz em uma área nova (nova para essas forças e relações de produção) ⁵. Dessa maneira, podemos dizer que o agronegócio desencadeia frentes de expansão, que por sua vez realizam a progressão territorial do capitalismo no campo sob formas historicamente determinadas e específicas e se defrontando com processos de territorialização anteriores ou em curso com os quais vão se chocar ou articular.

Iremos então discutir agora como se deu a constituição histórica de sistemas classificatórios étnicos (e outros sistemas classificatórios associados a processos de territorialização). Em seguida, iremos caracterizar a emergência de frentes de expansão canavieira e sojeira e como elas avançam sobre o espaço do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por fim, vamos utilizar alguns dados para descrever e analisar as relações e dinâmicas de trabalho e produção dos Terena e Paresi, e como essas diferentes experiências de inserção em sistemas classificatórios e processos de territorialização distintos deram margem a diferentes relações inter-étnicas. É pela descrição desses objetos empíricos (sistemas classificatórios, territorialização/dinâmicas territoriais e agronegócio) que iremos mostrar as conexões possíveis entre etnologia e estudos rurais.

3 – “Uma terra, múltiplos lugares”: interseções entre classificações étnicas e ocupações agrícolas

Com o processo de colonização acelerado na antiga província de Mato Grosso com o fim da guerra do Paraguai, os Terena e os Paresi se defrontaram com processos históricos relativamente similares, mas em condições históricas significativamente distintas. Tentaremos aqui caracterizar esses processos. Restringiremos nossa análise da história da formação de um sistema classificatório, do processo de diferenciação rural/urbano e transformação da agricultura provocada pelo desenvolvimento capitalista no início do século XX. Isso porque alguns acontecimentos vão se

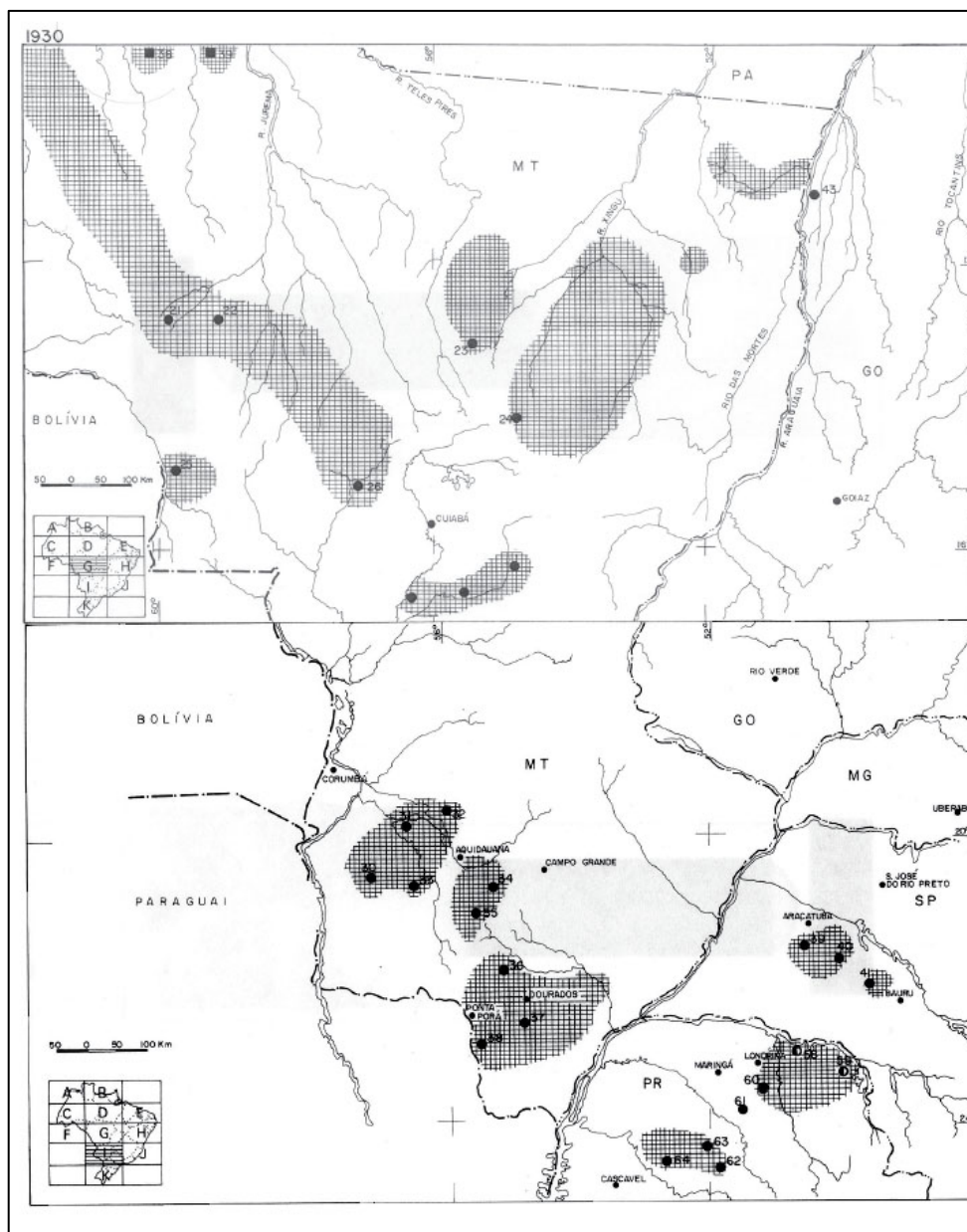
⁵ Ver Ferreira, 2009: “*Políticas para Fronteira, História e Identidade*”.

desenrolar nesse momento (especialmente a atuação da Comissão de Linhas Telegráficas no final do século XIX e início do século XX e depois a estruturação do SPI a partir de 1910) que irão modificar as categorias e identidades étnicas anteriores re-significando seu conteúdo simbólico e suas formas de inserção social.

Em primeiro lugar, podemos falar aqui das diferenças dos processos de territorialização Terena e Paresi. A criação do SPI – e depois de sua extinção, sua substituição pela FUNAI em 1967-68 - desencadeou dois processos distintos: 1) uma transformação das relações inter-étnicas com a imposição da categoria “índio” (re-significada e dotada de um conteúdo específico do qual falaremos adiante) que passa a cumprir um papel fundamental na diferenciação rural/urbano no Brasil; 2) o desencadeamento de diferentes processos de territorialização no Norte e Sul do antigo estado de Mato Grosso, criando assim diferentes condições ecológicas e sócio-econômicas para os índios Terena e Paresi com uma miríade de dinâmicas territoriais nos quais os indígenas se movimentavam a partir de suas estratégias autônomas, modificando ou resistindo aos processos de territorialização impostos pelo Estado.

Primeiramente devemos compreender o significado da imposição da categoria índio e sua relação com as formas de dominação estatal no século XX. A categoria índio vai adquirir uma função específica, pois ela foi associada e definida em função do regime *regime tutelar* (um conjunto de dispositivos político-administrativos calcados em signos/símbolos difusos em discursos e tradições culturais destinados a *governamentalização*⁶ dos índios). Sua estrutura jurídico-normativa foi estabelecida por dois dispositivos, o Decreto Nº 9214 – 15/12/1911, o “Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais” e o Decreto nº 5484 de 27/06/1928. A arquitetura interna do regime tutelar tal como descrito acima e instituído durante as atividades do SPI, se pautava pela prescrição de um conjunto de poderes (baseados na oposição primitivo/civilizado, superior/inferior, criança/adulto). O regime tutelar se estende a múltiplas dimensões da vida dos grupos étnicos, molecularizando os poderes. O regime tutelar usava signos (que marcam a história do indigenismo no Brasil) que traduzem sempre uma relação de desigualdade, expressos em pares de oposição que estruturam a idéia de tutela: a oposição “adulto/criança” (que se funda numa analogia com os ciclos biológicos); a oposição “civilizado/primitivo” ou selvagem (tipos de sociedade, nível social, técnico e cultural); a oposição “capaz/incapaz” e (no sentido político, mas também, intelectual e bio-social, já que a incapacidade está associada ao “caráter fisiológico” e ao “tipo de sociedade” do índio). Para o que nos interessa aqui essas formas simbólicas foram materializadas em processos organizativos, em formas de organização social do Estado (em povoações, reservas, inspetorias, depois postos indígenas e

⁶ A governamentalização, tem dois objetivos: criar uma racionalidade na exploração dos povos colonizados, aproveitando-os enquanto população, transformando-os em mão-de-obra para extrair-lhe o sobretrabalho,



administrações regionais). O principal elemento é que *regime tutelar implicava simultaneamente formas de territorialização e de classificação. Terra e Trabalho (especialmente agrícola) foram principais focos dos regulamentos do SPI e depois da FUNAI. A categoria índio era usada para distribuir e gerir populações dentro de um espaço que se imaginava como um continuum que expressava a linha que ia do selvagem, passando pelo rural-agrícola até a civilização urbano-industrial.*

O croqui acima indica a distribuição dos Postos Indígenas do SPI no ano de 1930⁷. A criação de Postos Indígenas e reservas colocou os índios numa situação específica dentro da

⁷ Croqui elaborado a partir de Lima (2009) Os círculos pretos indicam no mapa os Postos Indígenas do SPI. O Posto número 22 é Utiriariti em Mato Grosso (Norte) e os Postos 31 a 35 são os Postos Terena de Cachoeirinha, Bananal, Lalima, Buriti e Capitão Vitorino.

estrutura agrária regional, sendo incorporados pelo processo produtivo nas fazendas das regiões nas quais suas comunidades-locais estavam fixadas. Esse processo se deu em função da relação política estabelecida com a Comissão de Linhas Telegráficas, realizado no início do século XX que depois se consolida como forma de relação específica com SPI e o Estado.

O croqui número 01 expressa de forma simples, porém claramente marcada, o processo de territorialização que queremos caracterizar. Poderíamos distinguir duas fases no processo de formação e consolidação do SPI; uma primeira, entre 1910 e 1922, quando os PI's estão em fase de implantação e o número destes cresce em certos anos mas se reduz em outros, indicando a instabilidade dos mesmos; uma segunda fase entre 1923 e 1930 quando os PI's se estabilizam e o número destes cresce, alcançando o número de 67 Postos em 1930. As duas IR's (IR-6 e IR-5) pelas quais os PI das aldeias Terena circularam, eram responsáveis em 1930 por 36% do total de PI's, o que mostra uma intervenção do Estado na região sul de Mato Grosso. Este número continuaria a crescer entre 1930 e 1962, quando as duas IR's seria responsáveis por 44, 2% dos PI's então existentes⁸.

Mas o que queremos marcar aqui é uma diferença significativa: enquanto os Terena foram submetidos a um processo de subordinação a diversos Postos Indígenas numa relação direta com as Inspetorias Regionais, os Paresi foram territorializados especialmente em uma área anteriormente sede de um Posto de Linha Telegráfica (construído dentro do antigo espaço Paresi). Depois, nessa mesma área seria estabelecida a Missão Jesuítica Anchieta que com a criação do centro educacional a partir de 1946 assumiu praticamente as tarefas de gestão do território Paresi, criando uma experiência diversificada e de maior distanciamento em relação ao Estado. A FUNAI só vai criar seus postos a partir de 1980 (3 PI's). Os Terena foram alvo de uma política de intervenção mais sistemática do SPI – basta observar que multiplicação dos PI's no sul de Mato Grosso. O Posto de Utiriariti foi o único e principal a fixar os Paresi até 1930, mas em 1944 ele já não figura mais nos mapas das unidades de ação do SPI. Enquanto os PI's Terena se consolidam e multiplicam.

Já os Postos Indígenas foram especialmente responsáveis pela absorção dos Terena nos processos de produção locais, nas fazendas de gado como peões, na extração de angico, nos ofícios urbanos manuais (especialmente construção civil). Até 1930 existiam vários registros de escravidão ou de formas repressivas de trabalho as quais os Terena eram submetidos, especialmente nas fazendas de gado. Depois, quando a produção de cana-de-açúcar foi introduzida no Sul de Mato Grosso de maneira mais significativa a partir dos anos 1950 eles passaram também a fornecer cana para alguns engenhos (como o que existiu no município de Miranda). Essa situação foi

⁸ Ver “*Um Grande Cerco de Paz*”, Antonio Carlos de Souza Lima.

complexificada ainda mais com a sistemática “migração” dos índios para a cidade de Campo Grande, onde se inseriam nas mais diversas ocupações urbanas e rurais (Cardoso de Oliveira, 1968).

Nesse período, entre 1910 e 1950, os Paresi se defrontaram com a frente extrativa da borracha estabelecida a partir de 1884: “*Dimantino se beneficiou do fato de ser localizada na região mais próxima dos seringais dos “Sertões dos Paresi”.* (Costa, 1985, P. 210). Romana Costa observa a diferença das relações dos grupos-locais com as frentes de expansão. A atuação da Comissão Rondon e depois do SPI levou a um processo de reorganização territorial com o deslocamento de diversos grupos locais para as áreas dos Postos telegráficos, consolidando-se especialmente o Posto de Utiariti: “*Em 1928, era este o quadro encontrado por Schimdt, ao retornar após 17 anos à região: em Ponte de Pedra, não havia mais casas Paresi e quase todos os Kaziniti e Waimaré encontravam-se em Utiariti...*” (Costa, *op.cit.*, p. 235).

A ação do Estado produziu assim uma territorialização específica no sul, entre os Terena, e no norte, entre os Paresi. Um processo de expropriação territorial através da atuação de diferentes frentes de expansão (especialmente a agropecuária no caso Terena, e da seringa e poaia no caso Paresi) foi concomitante e articulado aos processos de territorialização desencadeados pelo SPI. Podemos dizer que esse processo materializa empiricamente algumas problemáticas que já vínhamos discutindo. A principal delas é que esse duplo processo de expropriação e territorialização se deram por meio da inserção dos índios em relações inter-étnicas constituídas por meio da re-significação da categoria índio dentro de um sistema classificatório que era ele próprio parte da estrutura de poder.

Os Paresi e os Terena foram englobados dentro da categoria genérica “índio”. Essa categoria era um símbolo de “uma condição de liberdade, territorial, produtiva” anterior e de primitividade, que era interpretada dentro da relação estabelecida pelo Estado nacional do século XX como de inferioridade técnica e civilizacional, mas também como de forma originária da “nacionalidade”. Mas ao mesmo tempo como ela comportava uma série de categorias de “transição” (que expressariam seu grau de “contato/integração”) e se prestava a por isso a embaralhar-se com categorias de classificação de natureza diversa das categorias étnicas.

A categoria índio, nas relações territoriais, políticas e econômicas no século XX têm uma dubiedade intrínseca: *ela classifica não somente em razão de uma condição que remete a ancestralidade/origem (selvagem, não-civilizada, autóctone) mas também em relação ao novo imaginário associado às concepções positivistas do SPI: o índio era um trabalhador rural em potencial, um trabalhador agrícola, e o trabalho era um processo pedagógico de transformação do índio em brasileiro.* Assim, a categoria índio remete a uma categoria genérica de classificação étnica, mas também era depositária dessas representações adicionais que foram materializadas nas relações com o “patrão” no caso das frentes de expansão da seringa e poaia que atingiu os Paresi, e

com as relações com os coronéis e depois padrões locais no caso dos Terena. A categoria índio fundiu assim posições do sistema de classificações étnicas com posições da estrutura ocupacional agrícola, aumentando assim sua complexidade. Ao mesmo tempo, essa categoria se articulou com as categorias de classificação Terena e Paresi e passou a compor um novo sistema classificatório que ainda hoje existe.

No caso Terena é interessante observar que existe o etnônimo Terena em oposição a *Purutuye* (termo que traduzido significaria “Português”, usado em geral para designar “branco”), e existe ainda uma categoria (*Copenoti*) que seria a tradução da categoria “índio” para o idioma Terena (ou seja, um termo que engloba todas as demais etnias indígenas). Existe ainda o uso dos etnônimos Kinikinau e Laiano dentro das terras indígenas Terena por diversos grupos domésticos, grupos que foram dados como extintos pelo SPI mas que mantém uma linha de diferenciação nas memórias dos grupos domésticos. Na língua Paresi os índios usam o etnônimo Paresi ou *Haliti* (para designar os membros do seu grupo como um todo) e *Imôti* (que significa não-índio segundo Costa, e “brasileiro” segundo o Dicionário Paresi-Português), além de existirem diversas outras categorias que integram os Haliti (como Kozari e Waimare). Um componente fundamental é: no nível interno entre os Terena ocorre uma significativa mudança nas formas de associação entre etnônimos e identidades em razão da imposição do Estado, não somente da categoria índio – que passa a ser re-interpretada e re-significada pelo próprio grupo – mas também do próprio significado do etnônimo Terena, que hoje engloba os etnônimos Kinikinau, Laiano e mesmo Guaicuru no caso específico da terra indígena Lalima.

Ao mesmo tempo, essa multiplicidade de etnônimos e categorias étnicas foi reduzida a uma unidade sob a categoria étnica genérica índio – que por sua vez se pluralizava em categorias de transição em relação ao grau de “cultura” e por isso se entrecruzava com categorias de ocupação agrícola e produtiva. Ou seja, no caso Terena nós observamos etnônimos que foram englobados pela categoria geral Terena e dessa maneira não correspondem, hoje, a existência de grupos étnicos (apesar de que no caso dos Kinikinau já existe um processo de associação desse etnônimo a uma identidade na busca de uma territorialização específica).

Por outro lado, a atuação das diferentes frentes de expansão (pecuária, agrícola e extrativista) criou seus sistemas classificatórios baseados em relações ocupacionais e de classe (derivadas tanto da diferenciação rural-urbano quanto do desenvolvimento capitalista). Essas categorias entretanto se entrecruzaram com a categoria de adscrição étnica índio, pelo simples fato de que a base concreta de atividade – extração, agricultura e etc. – poderia ser a mesma. Mas categorias de identificação e classificação étnicas não esgotam as posições e relações da estrutura ocupacional e das relações de produção, que são muito mais extensivas e complexas, apesar de serem imbricadas e simplificadas por dualidades características do sistema classificatório étnico

(constituído sob a égide do SPI, porém com origens mais antigas). Ou seja, a territorialização não criou apenas “terras” para índios mas criou uma posição – num sistema classificatório – para grupos sociais que foram assim etnicizados, ou seja organizados em função de sua origem. Mas a ambigüidade dessa categoria – e sua identificação com o agrícola e o rural – induziram o cruzamento desse sistema de classificação genérico com outros sistemas de classificação derivados das estruturas ocupacionais das próprias frentes de expansão nas quais os índios interagiram. A categoria índio designava uma origem, mas também um “destino” e um conjunto de atividades e ocupações agrícolas. É assim que os Terena puderam ser “peões” e os Paresi “seringueiros e poiaieiros”, sendo categorizados por uma ou outra e entrando e saindo dos diferentes sistemas de classificação.

É importante observar também a necessidade de uma melhor caracterização do significado, em termos de organização social, do desenvolvimento capitalista e das frentes de expansão nas suas diferentes formas. Isso porque cada atividade e relação de produção produzem também formas de classificação (ou seja, de posições sociais) não por relação à origem/ancestralidade, mas em razão da própria atividade produtiva. Dessa maneira, poderíamos falar por exemplo, das grandes fazendas e latifúndios de Mato Grosso que introduziram pelo menos quatro categorias, “Patrão”, “Coronel” e Peão/Capataz. Longe de serem categorias auto-evidentes, elas expressam posições que passam a ser determinantes. Enquanto Coronel no contexto do sul de Mato Grosso do início do século XX designava um tipo de “Grande Patrão”, o “Patrão” poderia recobrir grandes e médios proprietários. Os peões/capatazes são apenas categorias relacionadas às categorias Patrão/Coronel que também poderiam ser ocupadas por grupos que eram simultaneamente categorizados etnicamente, e introduzindo ou reforçando assimetrias internas de poder ao fundir posições de poder dentro das fazendas com as de dentro da aldeias, ou gerar tensões entre elas. Daí o fato de em certos casos ocorrer uma etnicização das próprias ocupações, como no caso Terena em que esses foram associados à figura do “bom peão” – criando-se assim uma associação entre a categoria étnica e a ocupação agrícola além de serem considerados como “trabalhadores agrícolas modelo” – pelo SPI. Dessa maneira, existe uma combinação entre as representações associadas à categoria índio, ao etnônimo Terena e ocupação agrícola na seguinte fórmula (índio = ser pacífico/dócil/trabalhador; o Terena é pacífico/dócil/trabalhador, logo, índio modelo; o trabalhador agrícola deve ser dócil, logo um índio Terena é um trabalhador agrícola). Essas associações são complexas porque não se dão apenas no plano das representações. O envolvimento dos Terena nas atividades produtivas era uma marca dessa complexidade material desse processo.

Os Paresi por sua vez vivenciaram uma experiência particular. A diferença das atividades e organização social na frente extrativista por sua vez criou um tipo diferente de relação com os “patrões”. Na memória Paresi sobre os “patrões” da Poaia figuravam como “bons” (doadores de

bens e protetores dos índios) em contraponto aos demais (Costa, 1985, p. 226). Enquanto na extração da seringa existia pela forma de organização do trabalho que exigia maior controle do Patrão sobre os trabalhadores, a coleta da Poaia permitia ao contrário outra relação. A dispersão dos índios e quase inexistência de fiscalização intensiva criou uma memória específica dos Paresi que diferenciava os patrões da Seringa dos patrões da Poaia. Assim, os poaieiros eram bons patrões ou melhores “patrões” que os patrões da Seringa. Os índios também poderiam ser classificados como bons ou maus trabalhadores em função da existência ou não de algum conflito que se desenrolava de forma paralela ao processo de trabalho. Essas percepções e representações acerca das categorias étnicas e ocupacionais e suas relações são fundamentais para entendermos as estratégias adaptativas dos índios e também o próprio processo de atuação das frentes de expansão e desenvolvimento capitalista na agricultura.

Aqui é importante observar como os processos de classificação étnica operam na produção de hierarquias sociais e simbólicas (mesmo não sendo gerativas de forma exclusiva dessas hierarquias). Assim, a etnicidade se constitui por processos de auto-atribuição e adscrição. Esse sistema classificatório que distingue com relação às origens se agrega outro de natureza ocupacional. Assim, a diferenciação rural/urbano passou a englobar e a condicionar o processo de significação da identidade étnica bem como a forma como os índios se relacionavam com o processo de desenvolvimento capitalista. Esse é um componente fundamental para compreendermos as dinâmicas territoriais indígenas e suas estratégias adaptativas diante das frentes da expansão e desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Uma posição na estrutura territorial, uma posição na estrutura agrária, posições diversas em diferentes sistemas de classificação social. Esse foi o resultado do processo de territorialização, mas também das dinâmicas territoriais indígenas. Iremos agora determinar essas dinâmicas.

3.2 - As dinâmicas territoriais

Um fator fundamental a observar é que, mesmo sob o regime tutelar e sua estrutura territorial e política de controle sobre os índios, os Terena e os Paresi mantiveram movimentos relativamente autônomos – ou seja, realizados contra ou à margem do domínio do Estado e das frentes de expansão – de apropriação e uso do espaço e também diferentes estratégias de adaptação ao novo contexto ecológico e relações sociais dominantes. Nesse sentido, podemos destacar aqui dois efeitos dessas dinâmicas territoriais. Um deles é dirigido para o próprio Estado, no sentido da apresentação de reivindicações pelos Paresi e Terena. Outro é na exploração diferenciada, ou seja, segmentada, do território, expressando diferentes estratégias de adaptação às frentes de expansão e desenvolvimento capitalista.

Nos anos 1960, os Paresi começam a viver ao mesmo tempo um processo de recomposição territorial que se expressa num novo processo de territorialização: a demarcação por decreto em 1968 de uma área de 550 mil hectares (ver Costa, 1985). Esse processo de demarcação não resolve a questão territorial Paresi – a autora chama atenção para a inauguração da BR-364 que ligava Cuiabá a Porto-Velho e que constituía um dos eixos de ligação com a Amazônia. Ela cortou o território indígena sendo que as aldeias do limite sul ficaram fora do decreto. Isso liberou, através das certidões negativas emitidas pela FUNAI, as demais terras para o mercado (Costa, op.cit, P. 320). Os Paresi continuaram apresentando a demanda de demarcação de todo o território junto à Funai nos anos 1970, aumentando os conflitos. Esses processos vão se estender de forma variada, mas será no início dos anos 1990 que várias terras indígenas Paresi serão demarcadas (como Utiririti e Paresi em 1991 e Juininha em 1993).

Mais ou menos no mesmo período começa a ocorrer no sul de Mato Grosso um processo de demarcação de terras (mas isso não implicava a ampliação que era a reivindicação dos índios). Podemos citar aqui dois exemplos, as terras indígenas Pilad Rebuá (processo FUNAI 0864/1982) e Lalima (processo administrativo 1191/82). Em 1971 foi realizado um levantamento topográfico com a produção de um memorial descritivo sobre Pilad. Em Lalima foi realizado um levantamento topográfico realizado em 1974, visando delimitação e demarcação. Quase todas as demais aldeias Terena têm processos que remontam ao mesmo período. Só que na maior parte dos casos tratava-se de um movimento de discriminação das terras indígenas para efeito do ordenamento fundiário regional.

Mas mesmo antes das demarcações, os índios Paresi continuaram a usar e explorar os territórios mesmo para além dos limites impostos pelo SPI e depois pela FUNAI. E ainda *“Por sua própria iniciativa, os índios passaram a percorrer, com regularidade, todo o seu território, para impedir qualquer tentativa de assentamento de fazendas ou fixação de estranhos em suas terras”*. (Costa, 1985, P. 306). No caso dos Terena dois acontecimentos significativos vão modificar substancialmente sua condição. Mesmo em reservas territoriais extremamente reduzidas os Terena tinham até os anos 1960 a possibilidade de explorar territórios mais amplos, para atividades de caça, pesca e agricultura. Esse uso “desautorizado” do território se deu durante todo o século XX, mas após a construção da BR-262 no início dos anos 1970 – ligando Campo Grande a Corumbá – que cortou não somente o território, mas passou praticamente dentro de aldeias Terena (de Passarinho e Moreira) combinada com a implantação do Proálcool decreto (nº 76.593/1975) o Mato Grosso do Sul conhece um aumento da demanda por terras e também uma radical mudança ambiental, com a perda, pelo desmatamento, de grande parte da cobertura vegetal do cerrado e Pantanal e uma intensificação da urbanização. Essa situação implicou numa redução das possibilidades de exploração de terras e recursos ambientais nos últimos 30 anos no Mato Grosso do Sul.

De um lado, nós tivemos no Mato Grosso, uma ação do Estado – precedida ou acompanhada pela ação político-reivindicativa Paresi – no sentido da demarcação das terras indígenas. Essa demarcação se materializou numa recomposição real do território. Os índios Paresi continuaram ocupando terras para além da terra demarcada em 1968 e a rede de comunidades-locais assim conseguiu assegurar depois e reintegração do território. No caso do Mato Grosso do Sul, um movimento similar se realizou com os Terena, mas ele não produziu efeitos de reconstituição do território (pelo menos não até agora). Apenas as reservas de Cachoeirinha, Dois Irmãos de Buriti e Limão Verde tiveram identificações concluídas – e mesmo assim o crescimento das terras (somados os três casos) não ultrapassa 80 mil hectares e grande parte deles ainda não está na posse efetiva dos Terena. Esse processo expressa uma interação específica entre o impulso vindo de cima – criação das terras indígenas – e as dinâmicas territoriais dos Paresi, que continuavam ocupando o território em várias faixas, independentemente das restrições impostas. Os Terena ao contrário não conseguiram sustentar a ocupação efetiva do território depois desse período. Ele não somente foram alvo do aumento da pressão com a mecanização na região sul do estado, mas também com a expansão da agropecuária, da agricultura e com os movimentos de regularização fundiária que vão restringir cada vez mais as possibilidades dos Terena estabelecerem dinâmicas territoriais.

As dinâmicas territoriais Paresi e Terena eram multidimensionais: suas respectivas inserções em contextos sociais específicos fizeram com que, classificados como “índios”, ocupassem simultaneamente uma posição na hierarquia de categorias étnicas e também uma multiplicidade de ocupações agrícolas que se agregaram também não somente às classificações adscritas mas também a própria identidade. Os Paresi passaram por diferentes modalidades de inserção como força de trabalho, como nos relata Costa (1985): *“Através da consulta a fontes documentais pudemos constatar que os Paresi empreenderam outra modalidade de articulação com a frente extrativista, trabalhando de forma autônoma na extração e promovendo a comercialização do produto. Os Paresi costumavam viajar para Cuiabá, Cárceres e Diamantino, onde negociavam sua produção”* (Romana, 1985, p. 213). E ainda: *“A distancia física e social que os índios procuravam manter em relação aos regionais era reforçada pelo processo de trabalho da poaia, que exigia a dispersão do poaieiro por uma vasta área (...) Desta forma, apesar do trabalho diário, realizado em condições adversas – chuvas, locais infestados por mosquitos, completa solidão – o indígena tinha total autonomia no processo de trabalho, não sofrendo qualquer tipo de controle; assim sentia-se dono de seu tempo e de seu trabalho”*. (Costa, 1985, p.224). Dessa maneira, os índios Paresi mantiveram de certa forma possibilidades de exploração e comercialização autônoma mesmo com o avanço da frente extrativista.

Os índios Terena estiveram numa posição diferente. Em meados dos anos 1960, Roberto Cardoso de Oliveira observou que mais da metade dos índios de Cachoeirinha, uma das mais

importantes aldeias Terena, viviam do trabalho assalariado. Além disso, muitos índios viviam como agregados e peões de fazenda – e menos de 50 anos antes, ainda estavam submetidos a regimes de escravidão por dívida. Mas existiam também áreas de produção autônoma, como foi o caso da “Chácara União” – comunidade-local constituída no município de Miranda em meados dos anos 1950 por lideranças históricas da aldeia Bananal (um dos mais antigos e importantes PI’s do SPI, criado diretamente pela intervenção de Rondon) e que chegaram a constituir um importante centro político-religioso e também de produção para comercialização. A Chácara União foi um importante núcleo nos anos 1950-60 pois escapava ao controle do SPI e formou toda uma geração de novas lideranças Terena que assumiram os quadros administrativos da FUNAI anos depois. A Chácara União expressa às tensões internas do processo de territorialização e formas distintas de adaptação ecológica e econômica. Os índios Terena conseguiram ao mesmo tempo ocupar a função de trabalhadores assalariados em ocupações rurais (como peões, vaqueiros) e urbanas (carpinteiros, pedreiros) e pequenos produtores de mandioca e farinha, e em alguns períodos, de cana de açúcar. Logo, a “indianidade” Paresi e Terena se moldaram nessas diferentes atividades sócio-econômicas.

Ou seja, não podemos sustentar uma visão unilateral da história da constituição dos sistemas classificatórios nem dos processos de territorialização. Os Paresi e os Terena mantiveram movimentos de apropriação e uso do espaço ao longo do século XX que se apresentaram ao Estado como obstáculos ou como forças de pressão, no sentido de reverter expropriações territoriais anteriores. No caso Paresi, essas dinâmicas territoriais resultaram num processo de territorialização que assegurou uma significativa recomposição territorial (significativa pelo menos quando comparada ao Mato Grosso do Sul), e possibilitam hoje uma inserção no mundo rural como pequenos produtores integrados ao mercado. No caso Terena, esse processo ainda está em curso, mas até o momento não houve uma reversão do processo de expropriação territorial – o que condiciona por outro lado, a sua inserção como assalariados rurais.

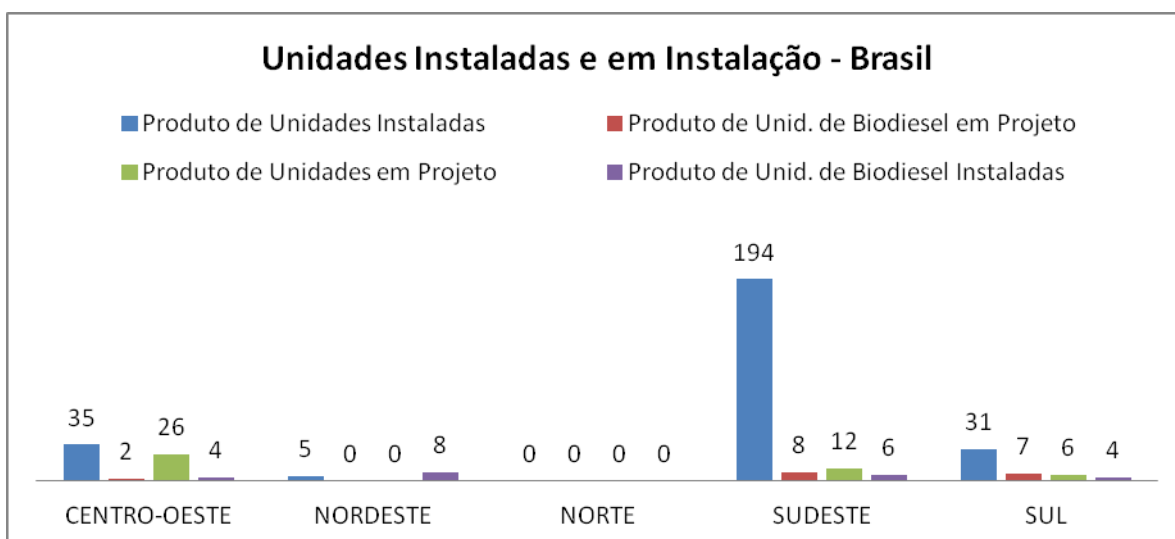
Mas o que queremos enfatizar é que não podemos conceber como instâncias estanques as formas de organização social dos grupos étnicos, a constituição dos sistemas classificatórios, os processos de territorialização e as dinâmicas territoriais. As categorias de classificação étnica como demonstramos foram se transformado em razão da intervenção do Estado, da territorialização dirigida por ele e das relações constituídas com as frentes de expansão. Não somente existe uma redefinição dos etnônimos, seu significado e sua relação com grupos e identidades étnicas, como existe também sua acomodação dentro de uma categoria adscritiva – índio – que passa a ser, em razão de sua dubiedade constitutiva expressando o passado e o futuro, uma categoria de articulação com o sistema de classificação das ocupações agrícolas. Essa multiplicidade de posições e lugares se expressa na possibilidade de uma segmentação de atividades e estratégias adaptativas que ficam muitas vezes recobertas e invisíveis sob a idéia da unidade atribuída a uma identidade ou

classificação étnica adscrita. É isso que iremos problematizar agora com a descrição das formas de produção e trabalho nas frentes de expansão.

4 – Terra, trabalho e capital nas frentes de expansão: as *parcerias agrícolas* e os *contratos coletivos*

Agregados a esses dois processos descritos acima, está um terceiro ainda em curso que é derivado de uma combinação de dinâmicas da economia nacional e mundial, o que nos obriga a realizar uma caracterização das diferentes frentes de expansão, canavieira e sojeira, e de como elas têm transformado e criado novas possibilidades de relações sociais.

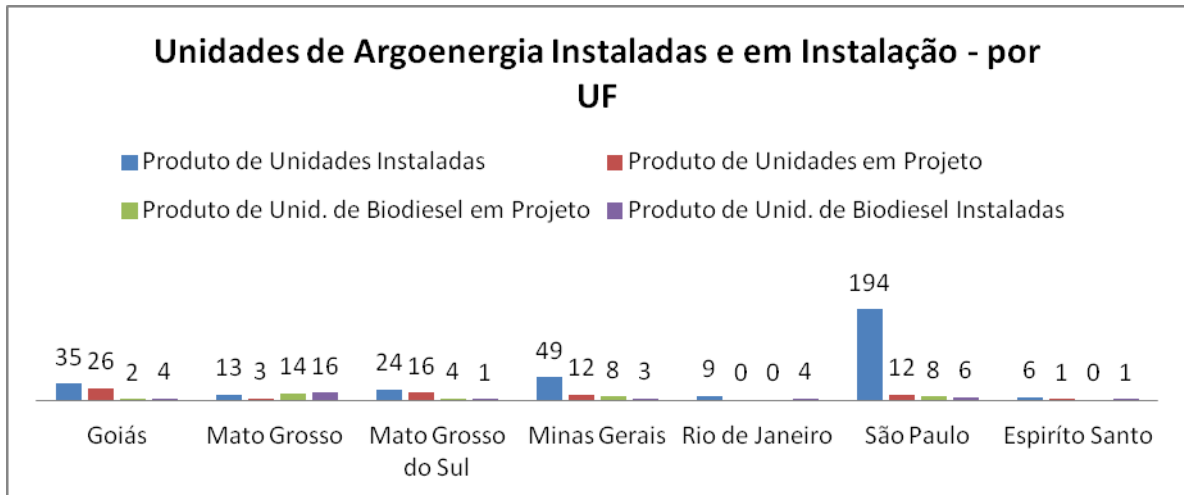
É na seqüência desses diferentes processos de territorialização, transformação das categorias étnicas, e das dinâmicas territoriais indígenas Paresi e Terena, que vai se dar um movimento de desenvolvimento capitalista na agricultura que irá resultar no desencadeamento de duas frentes de expansão distintas. Coloca-se a tarefa da descrição das frentes de expansão da cana-de-açúcar ou bioetanol que se desenvolve no Mato Grosso do Sul e da fronteira da soja e do biodiesel, que se realiza no estado de Mato Grosso. Um bom indicador para percebermos é observar



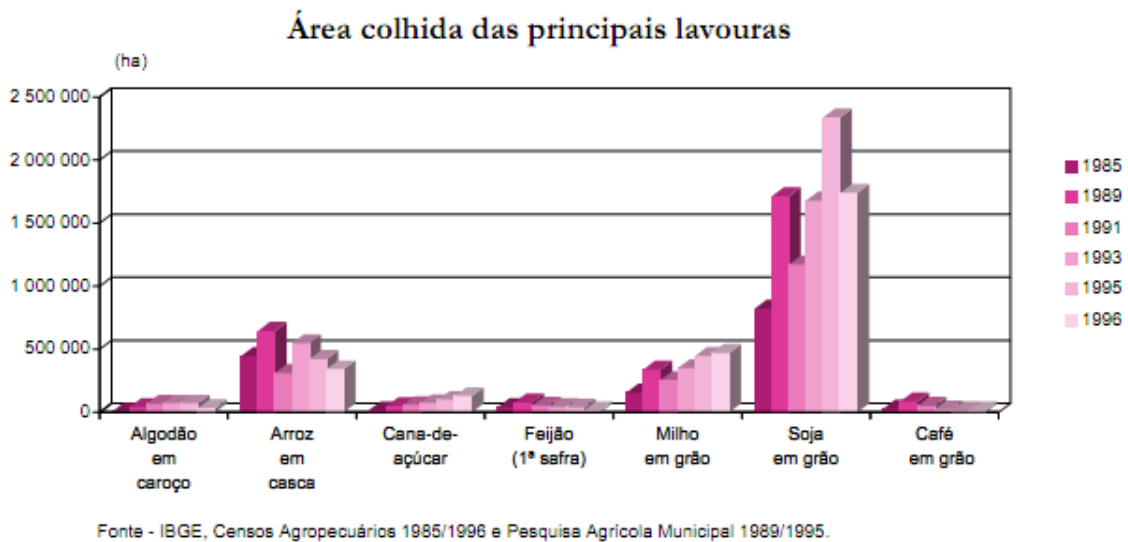
a capacidade agroindustrial instalada nas diferentes regiões. O gráfico abaixo mostra a distribuição das unidades de produção de biodiesel e etanol instaladas e em instalação no Brasil (por grandes regiões).

O gráfico acima permite ver o seguinte. No que tange as unidades produtoras de etanol, a região Sudeste continua sendo a mais importante. Porém, os projetos de instalação são mais significativos no Centro-Oeste. O caso do biodiesel é um pouco distinto, pois ele ainda encontra-se em fase de implantação e consolidação, não sendo o principal motor da produção de Soja. Mas já podemos ver que enquanto em termos de capacidade instalada o Nordeste e o Sudeste aparecem

como principais regiões, o Centro-Oeste e o Sudeste aparecem como área de expansão. O gráfico abaixo mostra a comparação entre os estados do Sudeste e Centro-Oeste. Goiás e Mato Grosso do Sul são as áreas com maior previsão de instalação de unidades produtoras de etanol. Essa projeção não esgota toda a dimensão, mas mostra exatamente como há uma frente de expansão se configurando e como ela implica numa progressão territorial.



A caracterização da frente de expansão da soja deve ser feita de maneira distinta, pois ao contrário do biodiesel, a soja em grão é ainda o principal produto e o biodiesel corresponde apenas a uma parcela pequena do destino final da produção. Mas no caso de Mato Grosso nós podemos ver pelo gráfico abaixo como desde 1985 a soja toma o comando da agricultura no estado, apresentando uma progressão contínua até 1995. Entre 1995 e 2010 a produção de soja no Brasil como um todo cresceu, assim como a área plantada.



As duas frentes de expansão estão por sua vez desencadeando processos de urbanização. Os dados do gráfico abaixo mostra como entre 1960 e 2010 há uma multiplicação dos números de cidades (que apesar de não ser um indicador suficiente da urbanização, sinaliza a existência do processo). No Mato Grosso do Sul o número de cidades mais que duplica e no Mato Grosso ela cresce mais de 300% entre 1960 e 2010.

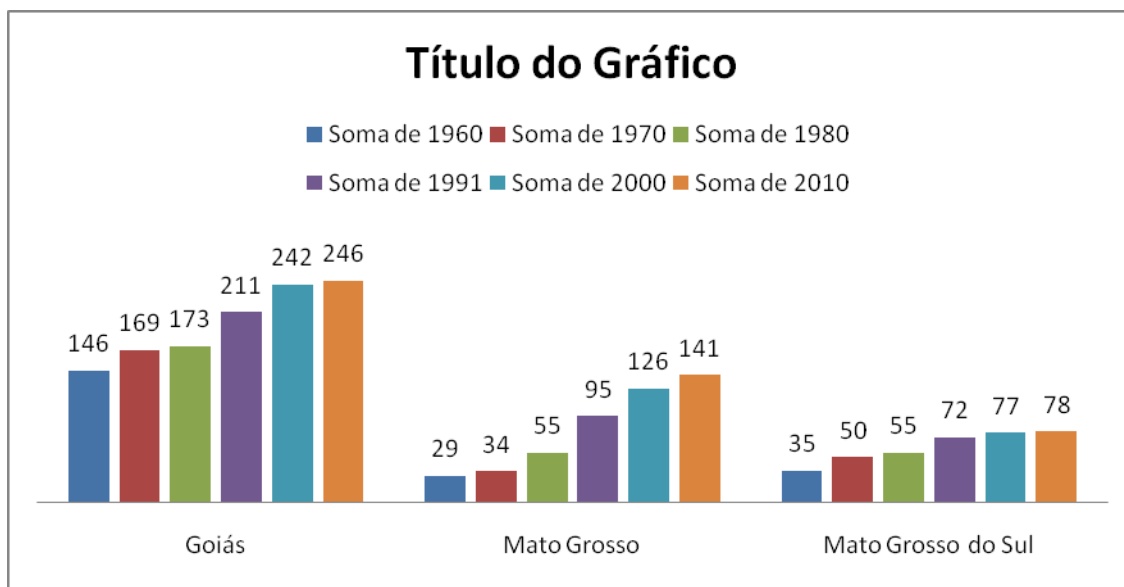


Figura 1 - Fonte IBGE, 1996

É nesse quadro que se colocam diferentes estratégias adaptativas indígenas e diferentes estratégias do capital, por meio das frentes de expansão, para garantir o desenvolvimento capitalista e acumulação. Essas estratégias indígenas e agroindustriais serão caracterizadas agora nas suas articulações e contradições. Mas o que queremos observar aqui é exatamente o fato de que essa progressão territorial não se dá num espaço vazio, ao contrário, ela se dá num espaço sobre o qual já operaram processos de territorialização e dinâmicas territoriais anteriores. Ao mesmo tempo, a frente de expansão, por definição, implica também formas de organização social, não somente derivadas da diferenciação rural-urbano e do sistema classificatório ocupacional e étnico que reorganiza, mas através de articulações e confrontações específicas, locais, que iremos descrever. Para isso iremos trabalhar com a figura do “contrato”, problematizando seu significado sociológico e etnográfico.

4.1 – Assalariamento x Pequena-Produção: duas estratégias, um objetivo

Nós queremos aqui fazer uma etnografia de uma figura específica, a dos contratos, de dois gêneros distintos: os contratos de parcerias agrícolas e os contratos coletivos de trabalho. Queremos destacar aqui o significado do contrato, que do ponto de vista jurídico, institui uma relação bilateral entre unidades empresariais/produativas e grupos étnicos que passam a ser categorizados também dentro de uma estrutura ocupacional.

Começaremos aqui pelos Paresi. Nós tivemos a oportunidade de visitar algumas aldeias Paresi em julho de 2011 e conhecer algumas das áreas em que estão se desenrolando as chamadas “parcerias agrícolas”. Um dos principais pontos de discussão nas aldeias que visitamos é exatamente a preocupação com o destino das mesmas, já que elas se encerram no próximo ano (2012). Essa preocupação contrasta com a controvérsia existente no Mato Grosso, envolvendo a FUNAI, o Ministério Público e ONG’s que questionam o “modelo econômico” adotado pelos Paresi e apontam suas ameaças potenciais sobre o próprio grupo, e existe por outro lado o discurso do próprio agronegócio de “integração e desenvolvimento” de como a produção da soja está distribuindo e elevando a renda e promovendo o desenvolvimento das sociedades indígenas e da pequena produção na região.

Na realidade tal controvérsia remonta ao ano de 2006 (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/PRES, de 28 de junho) quando a presidência da FUNAI instituiu uma normativa que repercutiu diretamente sobre as parcerias agrícolas que tinham sido firmadas entre os Paresi e Organizações Indígenas (e outras etnias). “*O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, e Considerando que as Terras Indígenas constituem espaços coletivos com a finalidade de garantir a reprodução física e cultural dos Povos Indígenas (...) Art. 1º Proibir quaisquer formas de cerceamento e arrendamento das Terras Indígenas. Art. 2º Assegurar que todos os membros de uma Comunidade Indígena tenham acesso à Terra Indígena, de acordo com o uso tradicional do território*”. Essa normativa repercutiu diretamente sobre os índios Paresi e as organizações indígenas envolvidas no empreendimento das parcerias agrícolas. A presidência da FUNAI se reuniu com diversas lideranças indígenas Paresi, Irantxe e Nambikwara, representantes das comunidades indígenas das Terras Indígenas Paresi, Rio Formoso, Utiariti, Tirecatinga e Manoki, pois os fornecedores (ou parceiros) tinham exigido uma posição oficial da FUNAI quanto à legalidade das parcerias agrícolas, que foi apresentado mediante o Ofício n. 018/ASS/2006, de 29 de setembro de 2006 sobre o desenvolvimento das atividades e os pleitos da comunidade indígena. Assim, a ASSOCIAÇÃO WAYMNARÉ E COMUNIDADE PARESI, IRANTXE E NAMBIKWARA fizeram um questionamento à FUNAI que resultou no Parecer N.36/PGF/PG/FUNAI/05 (ASSUNTO: LAVOURA MECANIZADA E CONTRATO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS).

“A parceria agrícola, de acordo com o anterior Código Civil é “a cessão de prédio rústico a outrem, para ser por este cultivado, repartindo-se os frutos entre os parceiros na proporção que estipularem”⁹. Já a parceria pecuária se dá quando se entregam animais a alguém para os pastorear, tratar e criar, mediante uma quota nos lucros produzidos¹⁰, lucros estes advindos tanto dos animais como de suas crias e de seus produtos. (...) Para diferenciação da parceria agrícola e do arrendamento é necessária a análise dos contratos e da realidade em cada caso concreto. O olhar do antropólogo e do advogado é fundamental. As parcerias agrícolas são legais, pois não atingem o mandamento constitucional do usufruto exclusivo das terras indígenas e de seus recursos naturais. Ao contrário, a parceria encontra seu fundamento no próprio artigo 231 da Constituição, pois é necessário que as terras indígenas sejam utilizadas para as atividades produtivas indígenas e base para sua reprodução física e cultural. O usufruto exclusivo é mantido, os índios continuam senhores de suas terras e firmam alianças para sua reprodução física. (...) Tecidos esses comentários, a análise do caso da plantação mecanizada e seus contratos de fornecimento, que caracterizam uma espécie de parceria agrícola, deve ser realizada caso a caso, o que já foi feito pelo GT instituído pela Portaria Conjunta PRES/PJ n. 959/04, cujo relatório é juntado aos presentes autos”.

O contrato de parceria agrícola deve ser entendido exatamente como um tipo de relação de produção específica, na qual existe uma fiscalização estatal por meio da FUNAI e Ministério Público Federal. Os Paresi empregam sua força de trabalho, utilizam sua terra e seus recursos naturais e dividem o lucro – em dinheiro – da produção de soja com os fornecedores, que entram com o capital na forma de maquinário, ferramentas e implementos agrícolas. Há assim certas condições específicas de produção. São as aldeias Paresi, enquanto unidades produtivas autônomas, que figuram no processo de trabalho. Por outro lado, a lavoura mecanizada é direcionada para um tipo de mercado específico, diferente dos pequenos mercados locais de produtos alimentícios e artesanais.

No caso Terena há uma situação distinta. Iremos analisar algumas cópias de alguns contratos coletivos de trabalho, coletados nas terras indígenas Lalima no Mato Grosso do Sul. Os contratos coletivos de trabalho são de uma natureza completamente distinta. Eles não dizem respeito a equipamentos e implementos agrícolas, mas a contratação de mão-de-obra. Nesse caso podemos comparar alguns exemplares desses contratos de trabalho.

“Pelo presente instrumento de Contrato de Trabalho, por tempo determinado, que entre si celebram CIA Agrícola Sonora Estância estabelecida no km 765 da BR 163 – Município de Sonora (...) Doravante denominado empregadora, e os indígenas relacionados em lauda anexa, aqui representados pelo índio Rosenildo Gabilon, 45 anos morador da aldeia Lalima, Mun. De Miranda, Ms e assistidos pela Fundação

⁹ Art. 1.410 do Código Civil de 1916, já revogado.

¹⁰ Art. 1.416 do Código Civil de 1916, já revogado.

Nacional do Índio, na pessoa do Sr. Lino Luiz (Rosendo Gabilon) chefe deste Posto Indígena. Doravante denominados empregados, ficam justas e acertadas as cláusulas abaixo (...) Cláusula primeira: O empregados trabalharão para o empregador nas funções de trabalhador braçal obrigando-se a fazerem os serviços de corte de cana queimada bem como o que vier a ser objeto de aviso ou ordens, dentro da atividade para qual foram contratados. (...) Cláusula Segunda: a vigência desse contrato será de 60 dias, a contar da data de assinatura do mesmo, a contar de 04/08/90". (Contrato N°06 04/08/1990)

Esse contrato é do início da década de 1990. Dispomos de outro contrato do ano de 1996. Ele possui uma estrutura parecida:

"Pelo presente instrumento de contrato de trabalho, por tempo determinado, que entre si celebram Agroindustrial Santa Helena Situada no Município de Nova Andradina neste ato representada pelo Sr. Lemir Carvalho de Oliveira Gerente de Produção Agrícola doravante denominado empregador, e os indígenas relacionados nominalmente, com suas respectivas datas de nascimento, identidades e assinatura, em lauda anexa (que fica fazendo parte integrante do presente) aqui supervisionado e assistidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI - na pessoa do Sr. Julio Vieira R. Aldeia Lalima, Chefe do Posto Indígena, doravante denominado empregados, ficam justos e contratados de conformidade com as cláusulas e condições seguintes" (Contrato N° 08/96 Agroindustrial Santa Helena Situada no Município de Nova Andradina)

Podemos aqui observar algumas características substanciais do contrato coletivo de trabalho. Em primeiro lugar, os índios são inseridos mais uma vez num outro sistema classificatório: eles são transformados por meio do contrato em empregados, numa relação específica com o empregador. O empregado é por sua vez associado à função de trabalhador braçal ou rural para execução de uma atividade específica – a do corte de cana. Além disso os contratos coletivos de trabalho exigem uma organização social do trabalho que começa pelo representante das empresas (conhecidos como "Gatos"). Os índios por sua vez são organizados em quatro categorias ocupacionais: 1) cabeçante (que recebia em 1990 10% do valor bruto da folha de pagamento) ; 2) o cozinheiro; 3) o ajudante do cozinheiro; 4) zelador. Além disso, os contratos fixados por tempo determinado, criam uma sazonalidade específica – já que os trabalhadores têm um tempo de retorno às aldeias de origem e o tempo de 60 dias (dependendo do contrato, pode ser 45 dias) dentro das Usinas. Essa sazonalidade do trabalho também marca uma especificidade do processo de produção e da posição dos índios dentro dela.

Assim como no caso dos Paresi, no Mato Grosso do Sul existe profunda controvérsia sobre relação dos índios com a agroindústria, sobre suas condições de trabalho, que se apresentam freqüentemente nas denúncias de trabalho escravo. Mas a participação dos Terena como força de

trabalho assalariada é condicionada por relações específicas de produção e também pelo tipo de condição global do grupo étnico dentro da estrutura do mundo rural. Assim, a sua inserção como assalariados rurais (empregados, trabalhadores rurais) explicita um processo complexo de desenvolvimento/transformação do capitalismo na agricultura e de formas de articulação social entre as unidades capitalistas de produção e unidades sociais distintas da capitalista.

Essa questão é importante porque a figura do contrato deve ser analisada na sua antinomia: tanto a parceria agrícola como o contrato coletivo de trabalho, são formas que asseguram uma estratégia de incorporação de dois fatores fundamentais ao processo capitalista de produção: *terra e trabalho*. O contrato institucionaliza e regulariza assim o acesso a terra e trabalho da parte de empresas capitalistas. Mas não podemos observá-los apenas dessa ótica. Na realidade, estes contratos têm também um significado específico para os segmentos do mundo rural que são defrontados com as frentes de expansão. E aqui nós podemos fazer alguns comentários, mesmo que ainda parciais e inconclusivos, sobre como os Terena e os Paresi também desenvolvem estratégias que, por razões históricas e sociais que ainda precisamos investigar mais satisfatoriamente, convergem para esses contratos de parceria agrícola e os contratos coletivos de trabalho.

Nesse sentido, podemos considerar alguns aspectos fundamentais de como na realidade existem estratégias adaptativas indígenas que usam dessas diferentes posições no mundo rural, para tentar viabilizar ao mesmo tempo sua reprodução social e também acúmulo de poder e status. Faremos uma rápida descrição de alguns aspectos que nos foram colocados durante nosso trabalho de campo na terra indígena Utiariti. Ao chegar à aldeia Katyula Winã pudemos perceber a distribuição das casas. Eles possuem duas casas chamadas pelos moradores de “tradicionais” e mais 5 casas e uma cozinha comunitária. São cerca de 40 moradores na aldeia (entre homens mulheres e crianças). Os moradores nos mostraram as pequenas roças de mandioca e algumas roças de frutas e nos levaram até o rio Verde que fica bem próximo do núcleo da aldeia. Eles nos falaram que a aldeia Katyula Winã é cortada pela linha imaginária – chamada paralelo 14 – que divide a TIN Paresi da TIN Utiriati e também os municípios de Sapezal e Tangará da Serra. A aldeia conta com energia elétrica, poço artesiano e também com abastecimento de água canalizada do rio Verde. Fomos então numa outra aldeia vizinha, onde conversamos com o cacique Arcelino da aldeia Salto da Mulher (fica há cerca de 30 km de Katyula Winã e nos limites do município de Sapezal). Ele nos recebeu juntamente e começou nos mostrando a casa tradicional e o “artesanato” – espanadores feitos com pena de ema e um arco e flecha Nambiquara. Ele nos contou que até os anos 1970 os Paresi não “conheciam o arroz” e que foi um projeto da Missão (OPAN, Operação Anchieta) que começou a desenvolver “projetos”. Depois daí o projeto acabou e eles ficaram “sem nada”. Foi quando eles começaram a buscar alternativas e fundaram a ONG Halitininã (significa “gente” em

geral na língua Paresi, o sufixo “Nae” indica o plural, coletivo). “Nós não queremos voltar como era antes” – foi uma frase repetida algumas vezes por ele ao longo de nossa conversa. Referia-se ao período anterior às parcerias agrícolas e ao do pedágio existentes dentro das terras Paresi e Utiariti. Ele falou que “começaram indo contra a lei para colocar as lavouras mecanizadas – mas que era a única “alternativa de renda”. Falou que isso possibilitou que eles reunissem os moradores indígenas que estavam espalhados trabalhando em fazendas e nas cidades e evitasse que os moradores saíssem das aldeias e ficassem a mercê da bebida e das drogas. As duas aldeias que nos referimos aqui são ligadas por laços de parentesco. As aldeias Haliti-Paresi que visitamos são compostas pelas roças de melancia e abacaxi e pelas roças de mandioca (que são de diferentes tipos). Essas roças de mandioca são usadas para a produção de farinha, polvilho – utilizado para fazer biju, muito consumido pelos índios especialmente com churrasco e peixe- e chicha de mandioca, bebida preparada por um processo que ainda não pudemos descrever. As casas são de dois tipos, as casas “tradicionais Haliti-Paresi” – em que as famílias se reúnem e passam uma parte importante do seu tempo. A aldeia Katyula Winã possui um trator e um caminhão próprios. A lavoura mecanizada fica distante da aldeia do rio e as máquinas e implementos agrícolas ficam numa sede específica da lavoura mecanizada que pudemos ver. A lavoura mecanizada abrange uma área de 3.500 hectares de terra para as aldeias de Salto da Mulher e *Katyola Wina*. Segundo os moradores a localização das lavouras de soja em áreas centrais visa evitar qualquer tipo de tentativa de anexação das terras pelos fornecedores/parceiros.

Esses dados nos permitem elaborar algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos lembrar que essa atividade não se dá sobre uma tabula rasa histórica. Segundo Romana Costa “...*Os Paresi desenvolveram um saber específico sobre a prática das negociações com os brasileiros que são transmitidos às gerações mais jovens, o que, a nosso ver, confere um caráter singular às relações atuais de contato do grupo indígena com os regionais*”. (Costa, 1985, p.327). E esse saber específico era mediado por uma cultura específica, registrada pela autora nos anos 1980: “*Os índios preferem se ligar a atividades que proporcionam um lucro imediato e não exijam contato permanente e próximo com os regionais. O trabalho em fazenda necessita que fiquem pelo menos 15 dias afastados das aldeias; implica em cumprir uma jornada de trabalho de 7 a 8 horas, sob fiscalização*” (Costa, *op.cit*,p.328). Dessa maneira, existe uma história de relação dos Paresi com as frentes de expansão numa luta por manter não somente o território mas a autonomia, inclusive produtiva e uma luta para manter os índios trabalhando dentro das suas terras. Isso fica nítido pela emblemática frase “*nós não queremos voltar ao que era antes*”. A representação dos Paresi é de que os índios devem ficar dentro do seu território, mantendo a unidade do grupo doméstico como valor. Como vimos, o trabalho na “fazenda” e nas “cidades” é acionado como um argumento de depreciação das condições de vida do grupo. Romana Costa já havia observado que existiam

estratégias distintas de acesso a dinheiro: 1) roças mecanizadas para comercialização; 2) trabalho assalariado em fazendas; 3) confecção de artesanato para venda; 4) extração de seringa. Segundo a autora as duas últimas eram as preferidas dos Paresi nos anos 1980. A questão é que segundo os índios a produção de artesanato foi comprometida pelos controles ambientais e pelo próprio desmatamento do cerrado. O que nos parece então é que não estamos vivenciando uma modalidade nova, mas apenas uma re-organização das estratégias que já estavam presentes, assumindo as “lavouras mecanizadas” na figura das parcerias agrícolas um destaque grande nessa estratégia dos grupos domésticos de assegurar não somente a unidade do grupo doméstico e sua co-residência, mas que o processo de trabalho se dê à margem de um controle mais intensivo externo e que se dê no âmbito da própria aldeia. E as parcerias agrícolas viabilizam justamente isso. Dessa maneira, podemos dizer que as parcerias agrícolas parecem se colocar como parte das estratégias adaptativas Paresi para garantir: a) a autonomia no processo produtivo, o que supõe uma base ecológica favorável, a terra, e aliança política com unidades capitalistas de produção; b) a coesão do grupo doméstico dentro do território. O capitalismo aqui ao mesmo tempo em que garante seu objetivo – a acumulação de capital – não consegue viabilizar plenamente a subordinação dos Paresi, que asseguram certo controle do processo produtivo e a monetarização de grupos domésticos. Essa é uma importante especificidade do processo de acumulação na frente de expansão da soja, pois ela se expande nessas condições históricas específicas, por um equilíbrio instável entre expansão da acumulação de capital e autonomia indígena, ao mesmo tempo em que usa a terra indígena para acumulação de capital, o grupo indígena mantém o seu controle efetivo da terra indígena ao assegurar as condições para permanência de todo o grupo doméstico dentro do seu território. Essa antinomia precisa ser investigada etnograficamente para podermos explorar teoricamente suas implicações.

No caso dos Terena nós temos uma situação distinta. Em primeiro lugar, a própria base de dados que conseguimos reunir até o presente momento ainda é fragmentária. Dessa maneira, nós devemos observar alguns fatores: a) o assalariamento entre a população Terena é muito significativo, não se restringindo ao trabalho na agroindústria, existindo tanto dentro do setor de serviços urbanos nas cidades do interior do Mato Grosso do Sul quanto em Campo Grande, capital, e também no setor industrial; b) a distribuição efetiva da mão-de-obra indígena ainda não nos é possível estimar, mas podemos fazer alguns apontamentos a partir de algumas situações, tais como as das terras indígenas Lalima e Pela Recua. Nessas duas aldeias nós tivemos a oportunidade de conversar e observar conversar de indígenas que trabalharam e trabalham nas agroindústrias canavieiras.

Um elemento extremamente importante é a preocupação dos índios Terena com o trabalho na agroindústria. Só que essa preocupação no período de 2010, quando estivemos em campo pela última vez, era especialmente com a proibição da queima da cama e a reestruturação produtiva daí decorrente. Ao invés da preocupação normalmente manifesta pela FUNAI e órgãos de fiscalização com a “saída” dos índios da aldeia e as condições de “trabalho”, a maior preocupação é exatamente com o impacto de um possível desemprego em massa e a eliminação de uma fonte de monetarização dos grupos domésticos.

Para compreendermos essa relação dos Terena com a agroindústria e o assalariamento, devemos entender a própria evolução das relações de produção e das condições de trabalho. Primeiramente, devemos levar em consideração o processo de produção da cana-de-açúcar e sua industrialização. O processo produtivo está dividido em diversas etapas (industriais e agrícolas), mas podemos separar aqui em duas: 1) O plantio e colheita que é realizado na região centro-sul de abril a dezembro. No plantio as máquinas plantadoras são puxadas por tratores que fazem a introdução das mudas no terreno; 2) a segunda principal etapa é a colheita (que atualmente é feita de duas formas, mecanizada (55% da colheita no estado de São Paulo é feita dessa forma) e com a queima da palha e colheita manual. É exatamente nessa etapa do processo produtivo capitalista que se introduz um componente de articulação entre as formas de organização social Terena e a divisão do trabalho capitalista. E mesmo nessa esfera vem ocorrendo algumas transformações. Essa articulação se dá de duas maneiras: o contrato coletivo cria uma organização do trabalho específica, baseada na figura do “cabeçante” que é ao mesmo tempo um recrutador, organizador e fiscal do trabalho entre os indígenas. A figura do cabeçante é assim extremamente complexa, pois ele cumpre um papel igualmente antinômico. Ao mesmo tempo ele tem seu interesse agregado ao aumento da produtividade do grupo ou grupos de trabalhadores que organiza (pois ganha um percentual do valor bruto pago a equipe) e de outro ele precisa gerenciar relações de vizinhança e domésticas que atravessam o grupo de trabalho que ele organiza. Esse trabalho na Usina possibilita não somente uma pequena poupança mas o investimento na melhoria de condições de vida do seu grupo doméstico. O trabalhador – aquele que participa individualmente – por sua vez não somente tem acesso ao salário, mas precisa manter uma relação de cooperação com o cabeçante para ser sempre incluído nas suas listagens de recrutamento. Mas existe uma tensão também entre o fato de que o trabalhador individual recebe um determinado salário sempre inferior ao ganho do cabeçante e em alguns momentos existe um desconto do “taxa comunitário” que gerava conflitos.

Do ponto de vista do grupo doméstico, como no caso de Lalima e Pilad Rebuá, existe sempre a preocupação de que a pequena produção local não garante a reprodução social nem a monetarização das mesmas. Assim, o trabalho assalariado torna-se uma forma não somente de

garantir a reprodução do grupo doméstico mas também é uma forma de – mesmo através de uma sazonalidade que implica a dispersão de parte significativa da categoria de jovens e adultos do sexo masculino durante períodos alternados ao longo do ano - viabilizar a manutenção da unidade do grupo doméstico, evitando assim a estratégia da migração para principais centros urbanos. Ao mesmo tempo, mesmo sendo uma atividade associada a condições degradantes de trabalho, muitos indígenas que participaram de um sistema de trabalho no pólo industrial, nos relataram que consideravam o trabalho repetitivo numa fábrica de frangos mais “pesado” do que o trabalho no corte de cana e assim os índios foram progressivamente abandonando o mesmo. Muitos deles preferem retornar as atividades agrícolas no corte da cana. Assim, os orçamentos de muitas famílias Terenas estão diretamente condicionados pela monetarização advinda do assalariamento na agroindústria canavieira, que apesar de não ser a única possibilidade é aquela que garante uma organização social do trabalho na qual muitos líderes de grupos domésticos conseguem recrutar vários parentes e afins, inseri-los numa rede de trabalho e assim garantir a reprodução não só de indivíduos, mas de toda uma rede social. Ao mesmo tempo, essa liderança tem a possibilidade de realizar um ganho monetário maior e eventualmente se consolidar como uma importante liderança ou base de apoio dentro da sua aldeia de origem.

Assim, no caso Terena existe uma situação inversa ao dos Paresi . As condições para uma produção autônoma, seja de alimentos, seja de commodities agrícolas, não é viabilizada pela sua base territorial e ecológica. O assalariamento é assim uma estratégia de reprodução social imediata, já que mesmo a produção local não a garante suas necessidades sociais – e mesmo essa produção local de alimentos é profundamente dependente dos subsídios governamentais. Assim, mesmo sob condições de super-exploração na agroindústria, ela oferece condições para a reprodução do padrão de vida dos grupos domésticos e a sazonalidade se apresenta como uma forma importante de configuração das relações de produção, já que durante muito tempo isso implicava numa precarização do trabalho (o indígena é antes de tudo um trabalhador temporário¹¹), atendendo assim requisitos da intensificação de acumulação e capital.

Nesse item nós temos também um importante ponto de investigação que precisa ser desenvolvida. Quais são as condições de produção indígenas (na diversidade das situações Terena) que permitem que etnicidade seja uma das linhas para uma forma específica de apropriação da força de trabalho no campo e sua transformação em trabalho assalariado. Essa questão, longe de ser

¹¹ Essa situação vem se transformando nos últimos anos, já que devido às intervenções do Estado através do MPF, MPT e outros órgãos tem se tentado estabelecer um controle maior sobre as condições dos trabalhador indígena. Uma das principais mudanças é a introdução da carteira de trabalho e de certas obrigações da parte das agroindústrias, mas ainda não temos dados suficientes para analisar como essas transformações se deram e que efeito elas estão provocando.

óbvia, é extremamente complexa, porque aqui também nós temos senão a convergência, pelo menos o cruzamento, de dois objetivos distintos: de um lado, o objetivo da agroindústria de baratear os salários e intensificar assim a acumulação de capital. De outro, o interesse indígena Terena manifesto de manter sua participação como força de trabalho. Essa estratégia adaptativa à frente de expansão expressa certa percepção indígena da possibilidade de manter o desenvolvimento das atividades agrícolas que são consideradas como parte do *kixovoku* (costume) que define a própria etnicidade Terena. Na ausência de terras para produção, o trabalho assalariado agrícola atende ao duplo requisito de monitorizar o grupo doméstico e de ser “agrícola”. Mas essa é uma linha de argumentação que ainda precisa ser melhor explorada.

Considerações Finais

Podemos fazer aqui algumas considerações teóricas finais para orientar futuramente as pesquisas etnográficas. Em primeiro lugar, é preciso entender como do ponto de vista indígena se configuram diferentes estratégias, e como estas podem ser adotadas por diferentes segmentos (facções, grupos domésticos e etc.). No caso Terena, o assalariamento dentro da agroindústria – organizada por meio dos contratos de trabalho coletivo fixados no estatuto do índio – tem sido nas últimas décadas a principal forma de inserção dos índios na estrutura do mundo rural regional. No caso Paresi, os processos de territorialização permitiram uma retomada da produção agrícola e sua vinculação direta à agricultura comercial, possibilitada pela frente de expansão comandada pela soja através das chamadas “parcerias agrícolas”.

De um lado assalariados indígenas, de outro, pequenos produtores indígenas integrados ao mercado. Em ambos os casos, o comando do processo produtivo pertence às “*commodities* de exportação” reguladas pelo mercado mundial. Em ambos os casos, essa situação sócio-econômica e as dinâmicas econômicas indígenas passam a ser condicionadas pelo lugar que os índios ocupam no mundo rural e pelas relações complexas que estabelecem com os diferentes grupos sociais e econômicos dentro das frentes de expansão.

A segmentaridade da organização social bem como a complexidade da articulação das categorias étnicas com as categorias ocupacionais é fator fundamental da situação histórica. Como pudemos observar, as categorias étnicas estão imbricadas com diferentes categorias ocupacionais, e essas atividades agrícolas ao mesmo tempo atendem estratégias do grupo e as estratégias de incorporação de terra e trabalho pelo capital. O nexos entre essas estratégias e suas implicações em termos de organização social e estrutura de poder precisa ser também melhor investigado.

E esse nexos passa exatamente pela agricultura, que é do ponto de vista do capital, uma atividade de mercado, comercial, e do ponto de vista dos grupos indígenas aqui considerados,

parte de um tipo de auto-atividade que não somente se apresenta como um elemento de reprodução “externo” aos grupos étnicos, mas que freqüentemente é associado a sua condição de vida e identidade – não no sentido de que seria uma “substancia” da qual deriva e define a identidade do grupo, mas como um dos traços selecionados como importantes para manter a unidade do grupo doméstico e suas formas de reprodução coletiva. A diferenciação rural/urbano – pela afirmação e manutenção das atividades agrícolas - aparece aqui como um modo de construção da diferenciação identitária pela persistente afirmação, da parte dos indígenas, de seu trabalho na agricultura que é um dos componentes acionados para definir sua própria identidade étnica e além dela, as formas de manutenção do grupo doméstico. A agricultura é usada pelos Paresi e Terena não somente como um “meio para um fim” (reprodução, ascensão social, monetarização ou expressão identitária), mas ela é um tipo de auto-atividade que produz uma forma específica de diferenciação e construção da realidade não à margem do desenvolvimento capitalista, mas através dela, e ao fazer isso, permite que o próprio capitalismo se expanda ao ter acesso aos fatores terra e trabalho que são transformados em capital.

Por outro lado, podemos falar também sobre como essas situações etnográficas permite uma compreensão sobre a natureza do desenvolvimento capitalista. Nos dois movimentos de frentes de expansão, a fronteira se coloca num quadro em que precisa mobilizar força de trabalho e terra e por isso se defronta com os povos indígenas e populações etnicamente diferenciadas que ocupam a região de Mato Grosso. Para concluir podemos dizer que a etnologia centrada na significação, tendeu a destacar as categorias de entendimento e classificação do mundo do contexto e associá-las exclusivamente aos grupos/comunidades. Os estudos rurais e a economia política tenderam a tratar os processos de diferenciação ambiental-territorial e do sistema econômico capitalista a partir de forças objetivas (a industrialização, o capital), dando pouca importância às variações e visões dos agentes – especialmente daquilo que era considerado como pré-capitalista ou não capitalista. No nosso entendimento, esses processos estão articulados e não se trata de supor que a significação se dá no plano dos “grupos locais” e os processos de urbanização e desenvolvimento/transição capitalista na morfologia social e que interagem a posteriori com os grupos e suas visões. Ao contrario, como estamos enfatizando, esse processo é dialético, e a própria expansão desenvolvimento capitalista e suas formas históricas concretas se dão de forma articulada com as estratégias e processos de segmentação dos grupos étnicos. Como essas estratégias e pontos de vista dos atores são passíveis de integração e re-funcionalização, ou por outro lado, agentes de resistência e entrave ao desenvolvimento capitalista, é um tema que pretendemos desenvolver por meio da etnografia.

Referências Bibliográficas

- Adams, Richard & Bastos, Santiago (2003) *Las relaciones étnicas en Guatemala, 1944-2000*. Guatemala: Centro de Investigaciones Regionales de Mesoamérica
- BARTH, Fredrik. “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras” (2000) In: LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. (1968) **Urbanização e Tribalismo**” Zahar Editora, Rio de Janeiro,,
- Costa, Romana Maria Ramos (1985). **Cultura e Contato: um estudo da sociedade Paresí no contexto das relações interétnicas**. Dissertação de Mestrado, PPGAS, UFRJ
- Ferreira, Andrey Cordeiro. Políticas para Fronteira, História e Identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena, **Mana** vol.15 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2009
- Ferreira, Cordeiro Andrey. (2011) Desenvolvimentismo, Etnicidade e Questão. Agrária. Estudos Sociedade e Agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro.
- IBGE (1996) **Censo Agropecuário de 1995-1996**, Rio de Janeiro. IBGE.
- kaustky, Karl (1998) *A Questão Agrária*. Brasília: Linha Gráfica Editora/Instituto Teotônio Vilela
- Lima, Antonio Carlos de Souza (2009) **AS ÓRBITAS DO SÍTIO subsídios ao estudo da política indigenista no Brasil, 1910–1967**. Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Lima, Antonio Carlos de Souza (1995). *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Malinowski, B. (1976) *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo.
- MARTINS, J. d. (1981.). *"As coisas no lugar"*. In *Martins, J. S. (org.) Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec.
- Mura, Fábio. (2006). *À procura do "bom viver": território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Rio de Janeiro : UFRJ (Tese Doutorado)
- Oliveira Filho, João Pacheco (1998). **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Abril. .
- Sorokim, P., & All, E. (1981). *Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Urbano*. IN: *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec.